



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURAS POPULARES**

RICARDO SANTANA SANTOS

**CATADORAS DE MANGABA E (RE)CRIAÇÃO DE IDENTIDADES:
PERMANÊNCIAS E RUPTURAS DA TRADIÇÃO NO POVOADO RIBULEIRINHA –
ESTÂNCIA/SE**

São Cristóvão/SE

2022

RICARDO SANTANA SANTOS

**CATADORAS DE MANGABA E (RE)CRIAÇÃO DE IDENTIDADES:
PERMANÊNCIAS E RUPTURAS DA TRADIÇÃO NO POVOADO RIBULEIRINHA –
ESTÂNCIA/SE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Culturas Populares da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Culturas Populares.

Orientador: Prof. Dr. Christian Jean Marie Boudou

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S237c Santos, Ricardo Santana.
Catadoras de mangaba e (re)criação de identidades: permanências e rupturas da tradição no povoado Ribuleirinha-Estância/SE / Ricardo Santana Santos; orientador Christian Jean Marie Boudou. - São Cristóvão, SE, 2022.
103 f.: il.

Dissertação (mestrado Interdisciplinar em Culturas Populares)
– Universidade Federal de Sergipe, 2022.

1. Cultura popular. 2. Identidade social. 3. Identidade de gênero. 4. Territorialidade humana. 5. Associações comunitárias. 6. Mulheres – Condições sociais. I. Boudou, Christian Jean Marie, orient. II. Título.

CDU 316.723-055.2

RICARDO SANTANA SANTOS

**CATADORAS DE MANGABA E (RE)CRIAÇÃO DE IDENTIDADES:
PERMANÊNCIAS E RUPTURAS DA TRADIÇÃO NO POVOADO RIBULEIRINHA –
ESTÂNCIA/SE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Culturas Populares da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Culturas Populares.

São Cristóvão/SE, ____ de _____ de ____

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Dr^a Maria Augusta Mundim Vargas
Universidade Federal de Sergipe - DGE**

**Prof. Dr. Dênio Santos Azevedo
Universidade Federal de Sergipe – PPGCULT**

**Prof. Dr. Christian Jean Marie Bouduo
Universidade Federal de Sergipe - PPGCULT**

“Dedico este trabalho às catadoras de
mangaba do Estado de Sergipe.”

AGRADECIMENTOS

Àquelas que são o coração desta pesquisa, as mulheres catadoras de mangaba da ASCAMARE, em nome da presidenta Edna, expresso meu respeito e admiração, não somente pela contribuição sem reservas para que esta pesquisa se efetivasse mesmo diante de um momento tão delicado, de dores e perdas que a pandemia nos trouxe. Mas também pelo exemplo de força, luta e protagonismo na construção de um mundo mais justo. Gostaria de agradecer ao meu pai José Reginaldo e a minha mãe Maria de Fátima que criaram as condições materiais e afetivas para que eu pudesse chegar até aqui, e que apesar de suas origens, onde o ingresso na academia ainda não era uma realidade concreta e muitas vezes possível, sempre acreditaram na educação como uma força de transformação social, estendendo minha gratidão à minha irmã Flávia pelo incentivo em ingressar neste programa de mestrado. Agradeço ao meu companheiro Flávio Nascimento que me estimulou a abraçar este desafio, não só com as suas palavras de apoio, nem tão somente com a paciência e disponibilidade para as longas conversas sobre as temáticas desta pesquisa, mas também com o exemplo concreto de um pesquisador destemido. Registro também meus agradecimentos a toda a comunidade da escola Maria Izabel Carvalho Nabuco D'Ávila, professores, coordenadores, alunos, ex-alunos e pais que durante essa quase uma década de convívio me acolheram e através dessa troca de experiências permitiram com que esse projeto de pesquisa se concretizasse. Estendo os agradecimentos em nome do professor Dr. Damião Oliveira a todos os participantes do GT/2019 da Secretaria Municipal de Educação de Estância/Se do qual tive a satisfação de participar e que impulsionou ao retorno à academia. Registro também meus sinceros agradecimentos as professoras e professores do PPGCULT/UFS em nome do meu orientador Prof. Dr. Christian Jean Marie Boudou.

RESUMO

As transformações nas identidades engendradas pelo processo de globalização tem sido alvo de investigação no campo das culturas populares nas últimas décadas. Esta pesquisa se debruça sobre as identidades da mulher na tradição das catadoras de mangaba do povoado Ribuleirinha, localizado no município de Estância, no Estado de Sergipe. Tem como objetivo refletir sobre as relações entre a profissionalização do trabalho das mulheres catadoras de mangaba e seus processos de agenciamento e (re)configuração de identidades. Desta forma procurei (i) identificar os contextos de criação da associação das catadoras de mangaba; (ii) refletir sobre as estratégias de resistência e a construção de redes de solidariedade entre essas mulheres, no seu território, e fora dele e (iii) analisar a articulação entre o protagonismo feminino e a dinâmica do processo de (re)definição da identidade de gênero. Portanto esta pesquisa contribui com a compreensão de como o processo de profissionalização destas mulheres, estimulado pela criação da associação interagiu com a dinâmica de (re)construção e afirmação das suas identidades. Partindo de uma concepção de Culturas Populares que se origina dos estudos culturais britânicos, sobretudo com as contribuições dos intelectuais Stuart Hall, Thompson e Williams. Analisando as tradições em uma perspectiva que dialoga com Hobsbawm e Ranger (2012), pensando as identidades apoiado nas contribuições de Santos (1993), como também de Castells (1999 e 2000), e, recorrendo as categorias de raça, classe e gênero numa perspectiva co-constitutiva e interseccional que opera junto a reprodução das hierarquias e desigualdades sociais, a partir das contribuições de Davis (2016), Lugones (2008) e Hirata (2014). Realizou-se um estudo de caso utilizando como instrumentos de coleta de dados entrevistas semiestruturadas e observações diretas. Também foi utilizado como procedimento de análise dos dados as técnicas sistematizadas por Bardin (2009) que correspondem à análise de conteúdo. Evidenciou-se que o associativismo e a profissionalização que ele desencadeou marcam uma transformação na tradição da coleta de mangabas no povoado Ribuleirinha o que repercutiu no processo de reafirmação identitária das mulheres do grupo no sentido da resistência, conforme analisa Castells (1999).

Palavras-chave: Identidades territoriais – Resistências - Extrativismo vegetal – Associativismo - Catadoras de mangaba.

RESUMEN

Las transformaciones de las identidades engendradas por el proceso de globalización han sido objeto de investigación en el campo de las culturas populares en las últimas décadas. Esta investigación está enfocada en las identidades de las mujeres en la tradición de las recolectoras de mangaba del poblado de Ribuleirinha, ubicado en el municipio de Estância, en el Estado de Sergipe. Se pretende reflexionar sobre las relaciones entre la profesionalización del trabajo de las recolectoras de mangaba y sus procesos de agenciamiento y (re)configuración de identidades. Así, se buscó (i) identificar los contextos de creación de la asociación de recolectoras de mangaba; (ii) reflexionar sobre las estrategias de resistencia y la construcción de redes de solidaridad entre estas mujeres, en su territorio y fuera de él y (iii) analizar la articulación entre el protagonismo femenino y la dinámica del proceso de (re)definición de la identidad de género. Por lo tanto, esta investigación contribuye a la comprensión de cómo el proceso de profesionalización de estas mujeres, estimulado por la creación de la asociación, interactuó con la dinámica de (re)construcción y afirmación de sus identidades. Partiendo de una concepción de las Culturas Populares que tiene su origen en los estudios culturales británicos, especialmente con las aportaciones de los intelectuales Stuart Hall, Thompson y Williams. Analizando las tradiciones en una perspectiva que dialoga con Hobsbawm y Ranger (2012), pensando en las identidades apoyadas en los aportes de Santos (1993), así como de Castells (1999 y 2000), y, recurriendo a las categorías de raza, clase y género en una perspectiva co-constitutiva e interseccional que opera junto a la reproducción de las jerarquías y desigualdades sociales, a partir de los aportes de Davis (2016), Lugones (2008) e Hirata (2014). Se realizó un estudio de casos utilizando entrevistas semiestructuradas y observaciones directas como herramientas de recogida de datos. También se utilizó como procedimiento de análisis de datos las técnicas sistematizadas por Bardin (2009) que corresponden al análisis de contenido. Se evidenció que la asociatividad y la profesionalización que ella desencadenó marcan una transformación en la tradición de la recolección de la mangaba en la aldea de Ribuleirinha que repercutió en el proceso de reafirmación identitaria de las mujeres del grupo en el sentido de la resistencia, tal como lo analiza Castells (1999).

Palabras-clave: Identidades territoriales - Resistencias - Extractivismo vegetal - Asociativismo - Recolectoras de mangaba.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1. Mapa de localização da área de estudo.....	29
---	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.	O papel do Estado nas políticas de desenvolvimento	58
------------------	--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASCAMARE	Associação das Catadoras de Mangaba da Ribuleirinha Estância
CNTP	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais
MCM	Movimento das Catadoras de Mangaba
MP	Medida provisória
MPF/SE	Ministério Público Federal de Sergipe
PRODETUR	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo
SPU	Secretaria do Patrimônio da União

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL	16
2.1 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	23
3. ASSOCIATIVISMO E EXTRATIVISMO: CATEGORIAS ÚTEIS PARA A ANÁLISE DAS VIVÊNCIAS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS	28
3.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIOCULTURAL DO POVOADO RIBULEIRINHA: OS EXTRATIVISMOS DA MANGABA.....	31
3.2 ENTRE O EXTRATIVISMO E O NEOEXTRATIVISMO: TRANSFORMAÇÕES NA TRADIÇÃO DA CATAÇÃO DE MANGABA	33
3.3 AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E SUAS CONEXÕES COM A (RE)AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA	40
4. EXPERIÊNCIA, CULTURA E RESISTÊNCIA	51
4.1 A IDENTIDADE COMO UM ELEMENTO DE RESISTÊNCIA CULTURAL	52
4.2 AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E OS IMPACTOS SOBRE AS COMUNIDADES EXTRATIVISTAS	56
4.3 AS SINGULARIDADES DA (RE)AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA DAS MULHERES ASSOCIADAS	63
5. TRABALHO, SOCIABILIDADE E GÊNERO.....	70
5.1 AS MENINAS DA MANGABA E AS MANGABEIRAS.....	71
5.2 AS DIMENSÕES DO TRABALHO FEMININO NO EXTRATIVISMO DA MANGABA	80
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	94
ANEXO A – Roteiro de Entrevistas	99
ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	101
ANEXO C – Termo de Anuência	102

1. INTRODUÇÃO

As transformações nas identidades engendradas pelo processo de globalização tem sido alvo de investigação no campo das culturas populares nas últimas décadas. Desta forma, partindo do pressuposto que a construção das imagens ou fronteiras que buscam demarcar diferentes identidades sociais - que podem ser de gênero, classe, étnico-racial, geracional e outras, que dão significação à cultura, são processos veiculados de forma direta à experiência dos sujeitos¹, esta pesquisa tem por objeto as identidades da mulher na tradição das catadoras de mangaba do povoado Ribuleirinha, localizado no município de Estância, no Estado de Sergipe.

Importa ressaltar aqui que não é o nível idealista, narrativo, nem descritivo que procuro focar. Mas sim na dimensão da experiência dessas mulheres e nos processos de (re)construção de identidades promovidos em relação dialógica com o contexto sociocultural em que estão inseridas.

As vivências decorrentes do trabalho como professor de geografia na rede pública de educação no município de Estância/Se durante oito anos, em uma comunidade notadamente marcada pelas tradições relacionadas às atividades extrativistas ligadas aos ambientes costeiros e marinhos – sobretudo manguezais e restingas - e por conseguinte, a aproximação com alunas que em sua grande maioria são filhas, netas, ou também elas mesmas mulheres catadoras de mangaba, possibilitaram uma maior aproximação com esta comunidade ao mesmo tempo que me provocou inquietações.

Tais inquietações partiram do choque entre o que é amplamente difundido e cristalizado da identidade social destas mulheres no imaginário coletivo dos sujeitos que se encontram fora destas comunidades - no meu caso antes da possibilidade de convívio como professor- que no geral tem uma representação imagética dessas mulheres a partir de um “lugar romantizado”; com as constatações de profundas incompatibilidades com essas mulheres “reais” no cotidiano, com base no convívio no próprio ambiente escolar e na comunidade .

Utilizo a expressão romantizado no sentido de uma representação naturalizada, idealizada, afastada de contradições e tensões, em uma expressão homegeinizada de “ser” e “estar” no mundo (CANCLINI, 1983, p. 12).

¹ Compreendo sujeitos enquanto atores sociais coletivos e utilizarei a expressão sempre nessa perspectiva.

O contato mais aproximado durante esse período me permitiu acompanhar as nuances da dinâmica de reafirmação da identidade desse grupo de mulheres de um momento anterior a criação da associação na comunidade, durante a sua criação e mais recentemente, coma a consolidação do processo associativo. Desta forma, a dinâmica dessa construção identitária me levou a pensar em uma proposta de pesquisa que pudesse analisá-la. Portanto, do ponto de vista social esta pesquisa se justifica na importância de evidenciar o protagonismo destas mulheres à frente da associação que tem se consolidado como um espaço estratégico para a projeção social e política das mesmas contra os processos de exclusão.

Por outro lado, também busca contribuir com o debate sobre as identidades, ou suas redefinições entre este grupo de mulheres, já que as discussões com esse recorte e com uma proposta interdisciplinar são bastante incipientes, seja no campo das ciências sociais ou dos estudos culturais. Já que grande parte dos trabalhos produzidos sobre as catadoras de mangaba em Sergipe estão relacionados as discussões sobre o extrativismo da mangaba e a preservação das áreas remanescentes de mangabeiras frente a expansão imobiliária nesses territórios.

O conjunto destas percepções e conjunturas me levaram a realização dessa pesquisa, na tentativa de buscar respostas para a seguinte questão: Como o processo de profissionalização destas mulheres, engendrado pela criação da associação interagiu com a dinâmica de (re)construção e afirmação das identidades?

Para buscar responder à questão proposta, procurei me assentar fundamentalmente no pressuposto epistemológico de reconstituição das relações sociais das mulheres catadoras de mangaba no passado conforme fundamenta Thompson (1981), como um mecanismo de investigação da construção e/ou das (re)definições das identidades no grupo estudado. Portanto, este trabalho tem como objetivo geral analisar as relações entre a profissionalização do trabalho das mulheres catadoras de mangaba e seus processos de agenciamento e (re)configuração de identidades.

Entendo, pois, que para analisar possíveis transformações, rupturas e conformações, torna-se relevante buscar compreender o papel de determinados repertórios culturais na mudança e dinâmica social (DAVIS,1990, p. 8-9). Portanto este trabalho partilha do entendimento sobre a indissociabilidade entre social e cultural, e tem por objetivos específicos: (i) identificar os contextos de criação da associação das catadoras de mangaba; (ii) refletir sobre as estratégias de resistência

e a construção de redes de solidariedade entre essas mulheres, no seu território, e fora dele e (iii) analisar a articulação entre o protagonismo feminino e a dinâmica do processo de (re)definição da identidade de gênero.

Inicialmente gostaria de apresentar a concepção de cultura popular a partir da qual penso as identidades das mulheres catadoras de mangaba em questão, que se origina dos estudos culturais britânicos na década de 1950, sobretudo com as contribuições dos intelectuais Stuart Hall, Thompson e Williams. Nesta direção, as culturas populares são consideradas aqui enquanto um campo de disputas e de relações de poder marcadas pela atuação de diferentes vetores que agem sobre estes setores no sentido de desestabilizá-los e reorganizá-los.

Esta perspectiva pressupõe a agência destes grupos e a sua constante disputa ideológica com os setores dominantes. É uma concepção de culturas populares que rompe com as interpretações folclóricas que se assentavam na interpretação cristalizada da tradição e de uma suposta cultura do povo, genuína e autêntica, e que, portanto, precisava de ser preservada.

Neste sentido, penso nas culturas populares tomando como ponto de partida a articulação entre experiência, cultura e classe como uma tentativa de localizar os movimentos da sociedade dentro de uma materialidade histórica. Incorporo também nesta análise as contribuições de Nestor Garcia Canclini como uma ferramenta teórica de interpretação das culturas populares e sua apropriação pelo capitalismo a partir da globalização no contexto da sociedade em redes. Desta forma, o processo de profissionalização implementado pelo associativismo insere-se neste contexto e ocupa um lugar de centralidade nas análises sobre a redefinição da identidade das catadoras de mangaba.

Discuto as identidades me apoiando nas contribuições de Santos (1993) para quem as identidades são identificações em curso, e que segundo ele, está em desenvolvimento um processo de “recontextualização” e “reparticularização” de vínculos identitários, que está conduzindo a uma reformulação, e, a um regresso das identidades. Os vínculos identitários segundo o autor haviam se pulverizado desde a emergência do Estado Moderno, na medida em que suas demandas foram supostamente incorporadas na ideia de um Estado Nação. Entretanto, com o início da sua crise, que se reflete na incapacidade do Estado de garantir a manutenção de direitos fundamentais, estes vínculos estão em um contexto de reparticularização.

Nesta perspectiva, as identidades neste trabalho são tomadas como uma “intercessão”, “articulação” ou “sutura” entre os sujeitos-políticos, e não como um fenômeno marcado pela homogeneidade. Considero que seja interessante pensar as identidades das catadoras de mangaba nesta perspectiva, como um ponto de interseção entre mulheres com trajetórias e inserções em diferentes contextos, não como um conjunto homogêneo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

Tomando como pressuposto que o trabalho² é uma categoria central no exercício da humanidade dos sujeitos, as transformações nos modos de vida das catadoras de mangaba, no que diz respeito as práticas na produção de sua existência, material, social e cultural e o impacto no apagamento/adaptações de aspectos das suas tradições, ou de rupturas, levou-me a conjecturar a possibilidade dessa pesquisa. É possível afirmar que tem estado em curso a destruição de estilos específicos de vida e sua transformação em algo novo? (HALL,2013).

Para Canclini (1989), o avanço dos processos globalizadores - destaco aqui aqueles mediados pelas tecnologias em telecomunicações (internet, rádio, televisão e telefone), com a desterritorialização e reterritorialização das culturas na modernidade tem produzido o que o autor define como “Culturas Híbridas”. Este movimento analisado por Canclini, pressupõe trocas e intercâmbios, mas também perdas de determinados aspectos das culturas que se relacionam.

Dessa maneira, é preciso destacar que as culturas populares estão inseridas no contexto das transformações forjadas com a consolidação da globalização, sobretudo nas periferias do capitalismo, e, portanto, não se encontram situadas fora do campo de forças das relações de poder e de dominação culturais (HALL,2013). Desta forma, os sujeitos da pesquisa e suas comunidades estão em constante processo de negociação, fruto de uma sociedade em rede, na qual as relações espaço/tempo e local/global obedecem também a lógicas exteriores e por vezes antagônicas.

Logo, é preciso tomar a tradição ou os costumes não como algo estático ou imutável, já que as mudanças nos costumes são processuais e partem das necessidades coletivas. Como também são construídas através das relações de poder e de interesses nos contextos de harmonia ou de tensão social, nos quais as “tradições inventadas” são ferramentas de regulação (HOBSBAWM E RANGER, 2012).

² O trabalho conforme Marx é a base fundamental para que o ser humano se constituísse como ser social, superando a esfera do ser dominado pela natureza para o ser que pensa e a transforma para garantir sua existência. Desse modo, o trabalho assume o caráter mediador da relação homem e natureza, ao mesmo tempo em que transforma a natureza, transforma o próprio homem.

Com essa compreensão, pensando no processo de profissionalização destas mulheres, considero que as catadoras de mangaba estão inseridas em uma tradição, mas entendo que houve adaptações na medida em que foi necessário organizar velhos costumes em condições novas, ou quando foi necessário usar velhos modelos para novos fins (HOBBSAWM E RANGER, 2012). Estas adaptações estão relacionadas aos novos papéis atribuídos às mulheres – seja na família, no trabalho ou na comunidade - com a emergência da sociedade em rede, sobretudo após a criação da associação na comunidade.

Em vista disso, esta pesquisa nasce do desejo de avançar na compreensão sobre as formas e circunstâncias em que estas mudanças se efetivaram/materializaram entre este grupo de mulheres, tendo como recorte as identidades que as atravessam, principalmente, a tríade gênero, raça e classe, que ocupam um papel de grande relevância para os estudos culturais na contemporaneidade.

“Quando a mulher tem um neném, ela não tem leite suficiente para poder alimentar a criança quando nasce, aí a mãe da mulher que está com a criança nova, vai no pé de mangaba a partir de cedo e passa o leite no seio da índia para que a mangaba forneça o leite para ela alimentar o bebê. Isso é uma lenda, uma história que o povo tem. (Ytxay Pataxó- Cinta Vermelha - Jundiba)

O texto transcrito acima faz parte do documentário Mulheres Mangabeiras³. O filme compõe o Projeto Catadoras de Mangaba Gerando Renda e Tecendo Vida em Sergipe, realizado pela Associação das Catadoras de Mangaba de Indiaroba (Ascamai), sob patrocínio da Petrobras, em parceria com a Universidade Federal de Sergipe, o Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe e o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Sergipe (Consean-SE). Chama bastante atenção nesse excerto a conexão entre o gênero feminino e a mangabeira, numa perspectiva maternal. O que me levou a buscar pesquisas que levantassem uma discussão sobre gênero em outras comunidades tradicionais onde as mulheres fossem protagonistas nas relações de produção.

Faço a utilização do conceito de gênero como “um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” e como “uma

³ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Dq84PMNV9-0> Acessado no dia 01/10/20019.

forma primeira de significar relações de poder” (SCOTT, 1995, p.11). Também busco como chave de leitura para a delimitação dos papéis de gênero levar em consideração os impactos da colonialidade do poder conforme aponta Lugones (2008). Esta perspectiva teórica relaciona a dimensão de gênero nas práticas discursivas do colonizador, como uma maneira de impor normas e papéis de gênero para homens e mulheres que se encontram assentadas em um pressuposto universalizante.

Portanto, compartilho do entendimento de GROSFOGUEL (2008) de que o capitalismo não é um sistema que se restringe a dimensão econômica. Mas que compõe um todo complexo que o autor define como o “sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial moderno europeu” (GROSFOGUEL, 2008, p.125). Neste sentido, a categoria de gênero me interessa na medida em que ajuda a compreender de que maneira o trabalho das mulheres catadoras de mangaba foi usado como argumento para o processo de redefinição do papel da mulher naquele grupo (FREIRE, 2006, p. 87;88).

Trabalhos importantes têm sido produzidos no sentido de compreender as especificidades das transformações em comunidades tradicionais. Destaco primeiramente as contribuições de Barbosa (2013), que na sua tese de doutoramento estuda as quebradeiras de babaçu no Maranhão, apontando caminhos importantes na discussão de gênero e classe a partir das realidades das comunidades tradicionais.

Uma aproximação que interessa em relação ao trabalho das quebradeiras de babaçu e das catadoras de mangaba, é justamente a forma com que a questão do gênero as atravessa. Determinadas concepções e signos, papéis e “lugares” que são atribuídos para as mulheres nestas tradições. O maternalismo é um destes conceitos que a pesquisadora destaca em sua produção, no sentido de demonstrar que as práticas das quebradeiras de babaçu são interpretadas em uma perspectiva que não dissocia o mundo da casa do mundo trabalho. Dando a entender que as atividades desenvolvidas por elas são uma extensão do “ser mulher”, assentando-se em uma concepção de corpo e temporalidade marcada em grande medida pela colonialidade e sua lógica de hierarquização.

Fazendo um paralelo com o documentário mencionado acima, chama bastante atenção na fala das mulheres a preocupação com os filhos, desde as mais imediatas como o suprimento de alimento, até as de médio e longo prazo, como a formação e uma carreira profissional. Pois ao que parece, assim como a mangabeira não deixa faltar o leite aos seus filhos, as catadoras de mangaba não deixam faltar comida na

mesa dos seus, apontando para o reforço de uma prática discursiva que vincula as funções do cuidado às mulheres. Desta forma, esta pesquisa permite avançar na compreensão das permanências e das possíveis rupturas que se estabeleceram entre as diferentes mulheres catadoras de mangaba em relação a estes conjuntos de determinações.

Levando-se em consideração o que Mota et al. (2008, p. 158) apresentam no artigo publicado na Revista Novos cadernos NAEA:

“A exploração da mangaba no litoral do Nordeste é realizada por catadores – a maior parte constituída por mulheres (cerca de 75%). Esse percentual pode variar a depender da região: em Sergipe, Alagoas, Pernambuco e no litoral norte da Bahia, há um predomínio quase total das mulheres”.

Este panorama reflete a prática discursiva que corrobora com a existência de uma relação “naturalizada” entre o gênero feminino e o trabalho das catadoras de mangaba, já que as explicações usuais para essa associação são a sazonalidade da safra, o baixo rendimento econômico, a leveza do trabalho e a inadequação dos movimentos de se levantar e abaixar para os homens (MOTA, 2008). Desta forma, compreendo que se construiu uma temporalidade associada ao “ser mulher” e um tipo de sociabilidade específica atrelada a ela. E, como já afirmado, pela indissociabilidade do social e cultural, surge nos primórdios do século XXI um novo sujeito social: as catadoras de mangaba. E, esse surgimento, é muito forte em Sergipe.

Entretanto, o conjunto de transformações em que mulheres extrativistas estão inseridas, sobretudo como o avanço do processo globalizador característico da sociedade em redes, produziu algum impacto na forma com que essas de determinação são elaborados pelas mulheres catadoras de mangaba. Desta forma, as categorias como gênero, maternalismo, classe, dentre outras utilizadas nessa análise, são utilizadas não como conceitos fechados, mas como ponto de partida para a construção de problemas, e não problemas conclusos, já que eles são movimentos históricos ainda não definidos (WILLIAMS, 1979, p. 17).

Em outra perspectiva, aquela que envolve a dimensão de classe das mulheres extrativistas, materializada sobretudo através das atividades desenvolvidas pelas catadoras de mangaba no povoado Ribuleirinha em Estância-Se, e que levou ao antagonismo com diferentes interesses (proprietários, posseiros e atravessadores), contribuiu para que elas se afirmassem e fundassem o próprio movimento. Este

processo teve como uma das consequências a criação da Associação das Catadoras de Mangaba do Povoado Ribuleirinha em 24 de dezembro de 2013.

Tomando como ponto de partida as contribuições de Hobsbawm (1995, p.406), a criação desta associação pode ser considerada como um “novo movimento social”, nos quais as defesas ambientais e ecológicas, as afirmações identitárias e de gênero são características que ocupam um lugar de centralidade. Nesta perspectiva, as contribuições de Castells (1999) e sua propositura quanto as origens e constituição das identidades em sua obra *O poder da Identidade*, pode indicar uma (re)definição identitária que se constitui no campo da resistência. Na medida em que, segundo a definição do autor, a identidade de resistência:

“É criada por atores sociais que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica de dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos, conforme aponta Calhoun ao explicar o surgimento da identidade política.” (CASTELLS, 1999, p. 24)

Desse modo, um aspecto que antecede o processo mencionado acima, é apresentado por Penna (1992), que ao se debruçar sobre a análise conceitual sobre a identidade propõe uma substituição da noção clássica que predomina no mundo ocidental, enquanto um processo marcado pela igualdade $A=A$, por uma noção baseada na “semelhança”. Desta forma, as identidades sociais referem-se aos diferentes indivíduos, aos agentes sociais e as pessoas, que podem ser incorporados, com base em uma característica em comum, a uma mesma classe. Portanto, ser catadora de mangaba antecede a redefinição em direção à identidade de resistência, o que demonstra o quanto o processo de identificação é contínuo e dinâmico. Neste sentido, de acordo com as contribuições da autora é possível compreender que esse processo pode se materializar 1- pelas particularidades do lugar; 2- pela relação homem meio e, 3- pelos territórios (relações de poder) e territorialidades.

Nesta direção, o processo de redefinição está associado nas últimas décadas, especificamente nas atividades desenvolvidas por este grupo de mulheres, às mudanças nos arranjos territoriais e na expropriação de áreas antes utilizadas no extrativismo da mangaba, sobretudo pela especulação imobiliária para a construção de condomínios de luxo e empreendimentos hoteleiros.

“O processo de insulamento das populações locais que dependem dos recursos naturais se intensifica ainda mais com a construção da

Rodovia Linha Verde entre Sergipe e Bahia (BA-099) como parte das ações de política pública lideradas pelo Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - Prodetur e da Ponte João Alves Filho, que liga Aracaju ao litoral norte de Sergipe.” (MOTA et al., 2009, p. 9)

Penso nessa lógica, que é importante considerar a dimensão de classe quando se pretende compreender as transformações em curso na tradição que as catadoras de mangaba estão inseridas. Sobretudo por considerar que a gênese da classe se dá quando sujeitos que dividem experiências em comum, que podem ser compartilhadas ou herdadas, elaboram e articulam uma identidade que dialoga com seus interesses e, geralmente, entra em antagonismo com interesses diferentes dos seus. Entendo, pois, que classe é uma categoria que aponta as maneiras pelas quais os sujeitos “se tornam conscientes de suas relações, como se separam, unem, entram em conflito, formam instituições e transmitem valores de modo classista”. Desta forma, “classe é uma formação tão “econômica” quanto “cultural (THOMPSON, 2001, p. 260).

Nesta perspectiva, o papel do associativismo enquanto uma estratégia de resistência frente a expansão das relações capitalistas de expropriação, encontra-se imbricado às questões territoriais que envolvem as catadoras de mangaba. É importante destacar, que no decorrer deste trabalho utilizo o conceito de território enquanto “espaço das identidades” conforme vem sendo discutido por Guanziroli (2005), Santos e Silveira (2007) e Meija (2006), e que é, portanto, marcado por relações de poder, seja pela materialização de objetos, seja pela materialização de ações no espaço.

Assim, a proibição da entrada nas áreas de coleta, os cercamentos, o corte das plantas, a construção de equipamentos turísticos e condomínios, são reflexos das relações de poder que se espacializam. Ainda nesta direção, penso na criação da associação também como um resultado de variáveis exógenas, como por exemplo a criação do Movimento das Catadoras de Mangaba do Estado de Sergipe e a ampliação das políticas públicas de proteção das comunidades tradicionais - que serão mais bem delineadas no capítulo 1 desta dissertação – e que concorreram para a sua materialização.

Entretanto, por outro lado, a sua materialização produz resultados que também afetam os participantes. Como vem se tentando desenhar, a criação da associação integra o processo dinâmico que contribuiu para a (re)afirmação dessas mulheres de forma a ressaltar o seu protagonismo e fazer frente ao processo de espoliação. Portanto, compreendo o nível local também enquanto uma “arena de ação” conforme

aponta Ostrom (1990). Desta forma, é possível pensar na importância da articulação dos sujeitos da pesquisa e os atores sociais representados pelas organizações externas, por meio da formação de redes, como um elemento importante sobre o desenvolvimento territorial conforme aponta CAZELLA (2008). No caso das catadoras de mangaba essa articulação se dá com o Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe e das Associações nos municípios de Indiaroba, Japaratuba, Barra dos Coqueiros, Estância (Povoado Manuel Dias), Pirambu e Aracaju.

Portanto, penso o associativismo enquanto uma estratégia ou um ponto de inflexão para superar os conflitos causados pela expansão capitalista. Estas estratégias foram sistematizadas por Buchmann (1992) e apresentadas de maneira que ficou conhecida como o "Modelo de Buchmann", que se configura da seguinte forma: 1) a formação de grupos como uma tentativa de se opor a expansão capitalista; 2) a busca por alternativas de organização; 3) a emergência de um poder organizacional; 4) maior articulação entre os participantes e formação de um circuito informacional; 5) imersão de um novo discurso que consolida uma nova identidade coletiva no território; 6) existência de um processo de seleção social entre os atores que permanecerão e deixarão o processo e 7) por fim, a formalização das organizações (BUCHMANN, 1992, P. 17).

O trabalho de pesquisa junto a associação criada em 2013, permitiu a elaboração de um perfil, ou melhor, de perfis diversificados (etário, de escolaridade, de números de filhos, étnico-racial, de constituição de laços afetivos e da inserção nas atividades desenvolvidas pela associação) que caracterizam essas mulheres.

Partindo deste perfil e da compreensão de raça⁴ como uma construção política e social que organiza um sistema de poder socioeconômico de exploração e exclusão social, conforme Davis (2016) discute de maneira primorosa, destacando como o processo de abolição da escravidão e a configuração do que passou a ser denominado como "trabalho livre", provocou uma reconfiguração nas diversas formas de opressões (de classe, gênero e raça). Compreendo que aliado a este processo, conforme apresenta Heleieth Saffioti em *A mulher na sociedade de classes*, a seleção

⁴ Acerca da definição de raça é importante também considerá-la como uma noção estreitamente ligada, no continente americano, às contradições entre os direitos civis e os direitos políticos inerentes à cidadania, estabelecida pelos novos Estados Liberais, e ao longo do processo de abolição do cativo. (MATTOS, 2009).

de caracteres sexuais, raciais e de classe que foram operacionalizados como marcadores sociais possibilitaram a hierarquização dos membros da sociedade de acordo com “as necessidades e conveniências do sistema produtivo de bens e serviços” (SAFFIOTI, 2013. p. 60). Portanto, procurei nesta pesquisa articular o campo teórico, no sentido de buscar compreender de que maneira gênero, raça e classe, enquanto marcadores sociais, atravessam as de catadoras de mangaba, no sentido de identificar as dimensões envolvidas no trabalho feminino na catação do fruto que permitam identificar de que forma o associativismo tem contribuído para rupturas ou permanências na manutenção da identidade de gênero das mulheres associadas.

Neste sentido, tomei como ponto de partida as conceitualizações que buscam superar o ponto de vista de que o sistema mundo capitalista seria essencialmente econômico e buscam compreendê-lo “como um todo histórico-estrutural heterogêneo que afeta todas as dimensões da vida social, a partir de suas múltiplas hierarquias: sexual, política, epistêmica, de gênero, econômica, espiritual, linguística e racial.” (GROSFOGUEL, 2008, p. 121-122). Esta perspectiva avança conceitualmente no sentido da interseccionalidade⁵ que interpretam as categorias de raça, classe e gênero numa perspectiva indissociável e co-constitutiva de um sistema de opressão que opera junto a reprodução das hierarquias e desigualdades sociais.

Desta forma, como tem se tentado argumentar, compreendo que as identidades são fluidas e estão sujeitas a negociações e trocas, que emergem das diferentes relações de poder na sociedade em rede, em um determinado espaço e tempo histórico específico.

2.1 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Considero importante no contexto da produção científica a necessidade de evidenciar a postura epistemológica que orienta este trabalho, no sentido de pensar que, como aponta o professor Boaventura de Sousa Santos em sua crítica a razão moderna, “a atitude do cientista social crítico deve ser a que se orienta para maximizar

⁵ Embora o uso do termo a ponto de se tornar hit concept, como denomina Elsa Dorlin (2012), e o franco sucesso alcançado por ele datem da segunda metade dos anos 2000, pode-se dizer que sua origem remonta ao movimento do final dos anos de 1970 conhecido como Black Feminism (cf. Combahee River Collective, 2008; Davis, 1981; Collins, 1990; Dorlin, 2007), cuja crítica coletiva se voltou de maneira radical contra o feminismo branco, de classe média, heteronormativo. (HIRATA, 2014, P. 62)

a objetividade e para minimizar a neutralidade (SANTOS, 2000: 31-32). Nesta direção, ainda corroboro com o que Santos (2006) argumenta no sentido de que é urgente uma nova forma de conhecimento, “um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos una pessoalmente ao que estudamos”.

Entretanto, não se trata de negar as posições de privilégio que em determinados contextos separam pesquisador e os sujeitos da pesquisa, em função dos diferentes marcadores sociais que são acionados para hierarquizar e subalternizar. Por isso é muito relevante destacar a minha posição enquanto homem, cisgênero e branco que se propõe a investigar um grupo de mulheres, em sua maioria negras, com a finalidade de localizar o meu ponto de enunciação e como uma maneira de afirmar que este trabalho não se propõe a “dar voz” para estas mulheres, mas garantir que as mesmas possam falar por/através dele, reconhecendo meu lugar de privilégio, mas reafirmando a minha postura em contribuir com a desarticulação das lógicas que criam as hierarquias sociais que subalternizam os diferentes atores sujeitos.

Por outro lado, para se desenvolver uma pesquisa era indispensável selecionar o método a se utilizar de acordo com as características dela. Levando-se em consideração a preocupação com os aspectos da realidade que não podem ser exclusivamente quantificados, este trabalho concentra-se em uma pesquisa de natureza interpretativa e subjetiva, para a compreensão do objeto apoiando-se em uma abordagem qualitativa. Para Minayo (1992, p. 14):

“a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.”

Levando-se em conta o problema de pesquisa, o estudo de caso tornou-se viável, pois através dele, segundo Becker (1994), é possível entender as organizações da comunidade, o que permite revelar detalhes existentes a respeito das relações internas do grupo estudado. Portanto esta pesquisa não buscou resultados generalizantes. Mas explicar de maneira mais aprofundada as situações particulares.

Para estudar as ações dos sujeitos na vida cotidiana, o estudo de caso baseia-se em uma multiplicidade de instrumentos de coleta de dados, entre os quais selecionei: a observação direta e entrevistas semiestruturadas. Foram realizadas observações com base em um roteiro de observação, na qual utilizei aspectos pré-

elaborados: a profissionalização das atividades e organização do trabalho coletivo na associação. Para tanto, observei o trabalho de beneficiamento da mangaba desenvolvido pelo grupo ou por mulheres individualmente entre os dias 02 e 09 de agosto de 2021 na sede da associação. Desta forma, pude observar de que maneira o trabalho é realizado, como as atividades são divididas, como se realiza o trabalho de comercialização, pois geralmente, quem está produzindo também atende os clientes que chegam para comprar na loja.

Além das observações, também foram desenvolvidas entrevistas semi-dirigidas, tomando como referência perguntas pré-elaboradas com 3 mulheres associadas dentre as quais a presidente da associação – Josefa dos Passos Santos - que esteve diretamente ligada ao processo de criação. Quando do contato inicial, ainda na fase de construção do projeto de pesquisa, a associação contava com 12 mulheres associadas. Segundo conversa preliminar durante a assinatura do termo de anuência pela presidente da associação, destas 12, apenas 6, encontravam-se efetivamente participando das atividades desenvolvidas pela entidade. Uma delas inclusive havia iniciado a comercialização de produtos em um ponto de venda criado individualmente às margens da rodovia SE100, a poucos quilômetros da sede da associação. Essa situação havia criado um mal-estar entre as mulheres associadas, já que ela estava utilizando rótulos e embalagens idênticas aquelas utilizadas nos produtos produzidos pela associação. Por questões que envolvem a ética na pesquisa e o anonimato das entrevistadas usarei no texto as expressões interlocutora A, B e C ao me referir às associadas.

Compreendo que estes conflitos são próprios da dinâmica do processo associativo e estão inseridos no que Buchmann (1992) define como seleção social dos sujeitos que saem ou permanecem nas organizações. Na fase das entrevistas, esse processo havia se escarçado, de forma que, somente três mulheres, aceitaram participar da pesquisa e conceder as entrevistas. Em contato com elas afirmaram que não estariam mais integrando o quadro da associação.

As entrevistas foram realizadas individualmente no prédio da associação entre os dias 20 de julho e 30 de agosto de 2021. Todas ocorreram em dias alternados, em função da disponibilidade das mulheres do grupo. Todas preferiram me receber no período da manhã por volta das 8h, quando as associadas geralmente chegam ao prédio da associação para produzir ou para abrir a loja. As entrevistas costumavam

se estender até mais ou menos até as 11h. Todas permitiram que a conversa fosse gravada, de forma que todas as entrevistas foram transcritas.

Ainda foi realizada uma entrevista com a professora de história e colega de trabalho Amazilda Ferreira, que embora não se identifique como uma catadora de mangaba, nasceu e cresceu na comunidade em uma família extrativista e me apresentou muitas contribuições, antes mesmo de pensar em desenvolver esta pesquisa, levando em conta os seus relatos de vivências na comunidade. Sua contribuição foi de fundamental importância para reconstituir as atividades extrativistas praticadas na comunidade no passado apresentadas no primeiro capítulo. Neste sentido, busquei encarar “a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas e visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo” (ALBERTI, 1989: 52).

É fundamental destacar que os critérios utilizados para elaborar perguntas adequadas e obter respostas satisfatórias foram muito importantes. Nesta pesquisa utilizei a entrevista do tipo semi-dirigida na qual apesar da existência de perguntas previamente elaboradas outras foram geradas à medida que a entrevista foi se desenvolvendo, permitindo que a conversação ocorresse de modo mais fluido. Portanto, o roteiro de entrevista apenas orientava os diálogos de forma que não se tornasse um questionário/interrogatório.

Por fim, utilizei como procedimento de análise dos dados as técnicas sistematizadas por Bardin (2009) que correspondem à análise de conteúdo. Face o caráter específico do objeto de investigação e do entendimento da análise do conteúdo não como um instrumento, mas um conjunto de técnicas de análise de dados, adotei para esta pesquisa os procedimentos de análise temática. Desta forma, a análise teve sua organização operacionalizada em torno de três eixos: 1º) a pré-análise; 2º) a exploração do material e 3º) O tratamento dos resultados inferindo e interpretando (BARDIN, 2009, p.121).

Com relação às entrevistas os dados foram editados por fragmentação do texto em eixos temáticos: (i) dados gerais da entrevistada; (ii) histórico do extrativismo e uso das mangabeiras; (iii) disponibilidade, acesso, conservação e uso dos recursos atualmente; e, por fim, (iv) as formas de socialização - que se articulam ao objetivo central da pesquisa e que foram desdobrados em subeixos temáticos de maior especificidade e precisão: (i) perfil sociocultural da mulher catadora associada; (ii) a

forma de acesso às plantas e as estratégias de resistência; e, ainda, (iii) a profissionalização e o protagonismo feminino.

Posteriormente busquei fazer a interpretação relacionando e articulando às categorias de análise estabelecidas nas referências teóricas e conceituais, com o conhecimento prévio do campo empírico e as recorrências observadas nos discursos das entrevistadas.

É importante destacar que diante da conjuntura que se colocou, com a pandemia do Corona vírus, foi necessário repensar algumas estratégias metodológicas – agendamento das entrevistas individualmente via WhatsApp, uso de máscara, higienização das mãos, realização das entrevistas na área aberta da associação - de forma a garantir o distanciamento social e as medidas de controle sanitário colocadas pela OMS e pelos comitês científicos federais, estaduais e municipais, buscando sempre seguir as medidas de prevenção. Todas as entrevistadas já haviam tomado a primeira dose da vacina.

A organização da dissertação obedece a seguinte estrutura: introdução, três capítulos e conclusões. Na introdução apresento a minha relação como o grupo estudado, as justificativas para a pesquisa, a questão de pesquisa, os objetivos gerais e específicos, em seguida, o percurso metodológico e o quadro teórico sobre a temática.

No primeiro capítulo faço uma discussão bibliográfica sobre o associativismo e o extrativismo relacionando-os ao contexto de criação da associação das catadoras de mangaba no povoado Ribuleirinha tomando como ponto de partida a caracterização sociocultural da comunidade de forma a evidenciar a importância do extrativismo para ela.

No segundo capítulo relaciono a criação da associação à dinâmica de redefinição na identidade do grupo como possível mecanismo de acionamento de uma identidade de resistência comunal procurando evidenciar as principais estratégias de resistência engendradas pelo grupo, apresentando as principais singularidades da afirmação identitária das mulheres catadoras de mangaba.

Já no terceiro capítulo faço uma discussão buscando verificar se o protagonismo feminino frente a associação coloca em xeque o conceito de maternalismo no grupo e se sinaliza para uma redefinição na identidade de gênero e traço um perfil das mulheres catadoras associadas.

Por fim, apresento as considerações finais, obviamente sem a pretensão de preencher todas as lacunas sobre a temática, mas permitindo levantar questões que possibilitem a elaboração de novos problemas e novos trabalhos de pesquisas.

3. ASSOCIATIVISMO E EXTRATIVISMO: CATEGORIAS ÚTEIS PARA A ANÁLISE DAS VIVÊNCIAS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

Existe um reconhecimento na produção científica de que o trabalho extrativista se dá em certas bases comunitárias. Estes estão assentados em princípios de reciprocidade e redistribuição, que fortalecem laços de solidariedade, possibilitando uma certa dinâmica de autonomia em relação às interferências exteriores. Entretanto, este equilíbrio está condicionado ao acesso aos recursos materiais, neste caso especificamente, às áreas de coleta de mangaba.

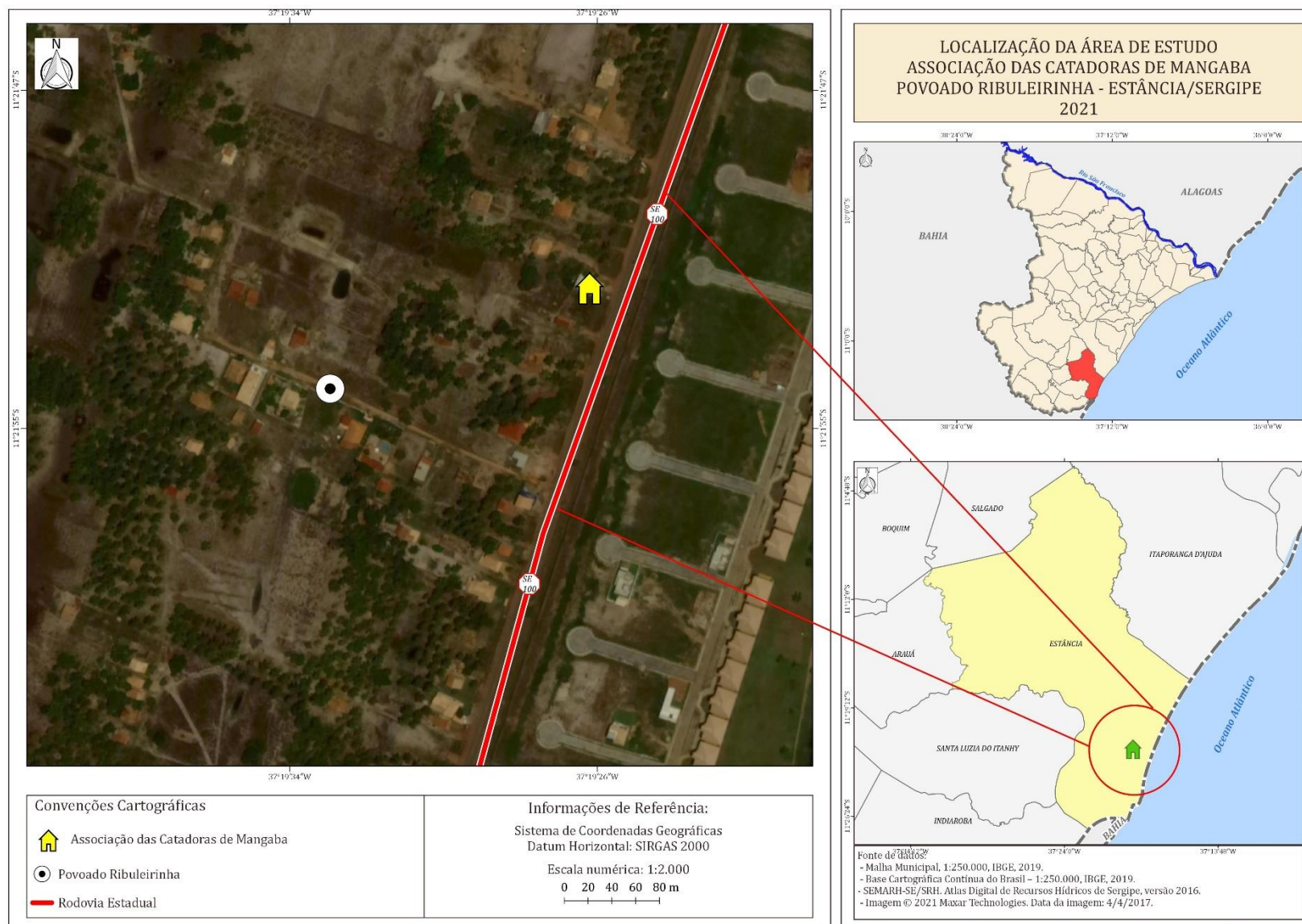
Nesta perspectiva, este capítulo tem por objetivo fazer uma discussão bibliográfica do associativismo como uma estratégia de gestão de recursos comuns e como um mecanismo de fortalecimento de vínculos identitários tomando como referência o processo de profissionalização e a reivindicação pelo acesso aos territórios de coleta provocadas pelo avanço da expansão fundiária/imobiliária

Desta forma, discuto o associativismo, situando a criação da associação das catadoras de mangaba no contexto político nacional, principalmente, a partir do fortalecimento das políticas públicas voltadas para as comunidades tradicionais nas últimas décadas, chamando atenção para os retrocessos que se materializam na atualidade. No âmbito estadual, aponto a atuação do poder executivo, do poder judiciário e do grupo de pesquisadores da EMBRAPA, procurando relacioná-los à criação e ao fortalecimento do movimento das mulheres catadoras de mangaba em Sergipe. Estes fatores integram um conjunto de determinantes que concorreram para o processo associativo das mulheres catadoras de mangaba na comunidade do povoado Ribuleirinha.

Também localizo a forma com que vem sendo apresentada a discussão do extrativismo e o neoextrativismo pelos teóricos brasileiros, identificando a superação dos paradigmas que afastaram da discussão a importância das comunidades tradicionais na conservação da biodiversidade, e por conseguinte, a sua contribuição indispensável para a gestão destes territórios. Desta forma, neste capítulo procuro

chamar atenção para os mecanismos de afirmação identitárias e para o caráter contra hegemônico das culturas populares, sobretudo a partir das atividades extrativistas praticadas pelas comunidades tradicionais que transcendem a dimensão econômica e encontram-se sobredeterminadas ao conjunto de valores singulares de cada grupo.

Figura 1 — Localização da área de estudo



Fonte: O autor (2021)

3.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIOCULTURAL DO POVOADO RIBULEIRINHA: OS EXTRATIVISMOS DA MANGABA

No litoral do município de Estância, no povoado Ribuleirinha especificamente, a memória social informa que, há pouco mais de três décadas, a extração desse fruto (*Hancornia speciosa*) para fins comerciais era pouco desenvolvida. Isso porque os primeiros “circuitos comerciais” desse produto, apesar de remontarem à década de 1980, eram limitados. Além do mais, eram associados ao extrativismo animal que eram negociados com base nas relações de troca.

Nesse contexto, observa-se que a emergência da economia da mangaba contribuiu para estabelecer importantes mudanças nas relações ecológicas e socioeconômicas no povoado Ribuleirinha, e de certa forma, em outras comunidades extrativistas da mangaba no Estado de Sergipe. Em decorrência deste fato, a questão principal que se discute é até que ponto essas mudanças romperam com aquelas relações tradicionais verificadas no desenvolvimento inicial dessa economia e como se vêm projetando no âmbito das interações homem–natureza, por meio da atividade do manejo.

Localizado (verificar Figura 1) a sudeste do Estado de Sergipe, o município de Estância está a uma distância de 70km da capital Aracaju, ocupa uma extensão territorial de aproximadamente 649 km², o que corresponde a 2,94% da área territorial total do Estado de Sergipe. Compreendido na zona fisiográfica do litoral Sul sergipano, limita-se com o município de Itaporanga d’Ajuda ao Norte e Nordeste; com o oceano Atlântico à Leste e Sudeste; com o Estado da Bahia ao Sul; com o município de Indiaroba e Santa Luzia do Itanhhy ao Sudeste e com os municípios de Arauá e Salgado à Oeste.

A toponímia do município de Estância tem relação com o fato de ser no passado uma fazenda de criação de gado. De acordo com Cruz (2008), um fator importante que contribuiu para a consolidação da cidade como um polo econômico da região centro-sul, que também a tornou um ponto de encontro na rota de gado e uma via de circulação de mercadorias, foi a presença do rio Piauí e o seu afluente, o rio Piauitinga. O município também possui um passado industrial, pois foi um dos primeiros a instalar unidades fabris no Estado de Sergipe, como a criação da cia têxtil no bairro Santa Cruz, inaugurando uma nova dinâmica econômica na sede do município. Na contemporaneidade a presença industrial ainda é bastante significativa se comparada

aos demais municípios da região. Entretanto, no espaço rural, as atividades primárias ainda são responsáveis pela ocupação do maior número de trabalhadores.

Do ponto de vista sociocultural, a região litorânea onde se localiza a comunidade sobre a qual este estudo se debruça, as atividades ligadas ao extrativismo animal e vegetal historicamente tiveram um peso importante na reprodução econômica das famílias, de maneira que na contemporaneidade passaram a se interligar de forma intermitente às outras ocupações, como a prestação de serviços domésticos em casas de veraneio na região, em bares, restaurantes e pousadas que atendem ao turismo nos períodos de alta temporada. Entretanto, os ambientes marinhos e costeiros, desempenham papel de fundamental importância na manutenção da segurança alimentar e financeira das famílias que vivem nestas comunidades.

Com as contribuições da interlocutora Amazilda Ferreira, historiadora, que nasceu e cresceu na comunidade, e onde atua também como professora, foi possível incorporar informações importantes sobre o passado da comunidade que confirmam uma relação local muito íntima com o trabalho extrativista ao longo do tempo. Segundo a interlocutora, historicamente os seus habitantes estiveram em um certo nível de isolamento em relação à sede do município, de forma que só era possível chegar até a comunidade a cavalo ou caminhando até um determinado ponto chamado de Água Vermelha, a partir do qual, através de embarcações, era possível se chegar até o Porto de Areia localizado às margens do rio Piauí na altura da sede do município.

“Então, não era comum ninguém ir pra cidade assim com frequência. Hoje a gente tem uma duração de quarenta e cinco minutos pra chegar na cidade. Depois, já foi do meu período, que essa parte eu me recordo muito bem, quando chegaram os primeiros caminhões, que eram os famosos Pau de Arara. Eu lembro que tinha um dos donos desse Pau-de-Arara chamado Zé D’Árualdo. As viagens demoravam menos, mas não era que a gente chegava no mesmo dia, porque na verdade essa viagem ela era feita na estrada. Então, principalmente em época de chuva, quando a estrada estava aquele Massapê, os caminhões quebravam, os caminhões atolavam, tinha que descer pra tirar todo o peso do caminhão para tentar empurrar, tentar puxar. Então mesmo essas viagens de caminhão, elas eram bastantes demoradas.” (Amazilda Ferreira)

Este relativo isolamento em relação à sede do município e às demais localidades sofreu consideráveis alterações desde o ano de 1993 com a inauguração

da rodovia Ayrton Senna (SE-100), que conforme já mencionado, integrou-se ao conjunto de obras planejadas pelo PRODETUR/NE.

Diante desse contexto, marcado por um certo isolamento, o extrativismo, principalmente aquele relacionado à pesca e a coleta de crustáceos e moluscos, tinham uma importância crucial para os moradores da comunidade. Desta forma, as comunidades do povoado Ribuleirinha e dos povoados próximos tinham no extrativismo sua principal forma de reprodução material da existência.

O extrativismo pode ser pensando tomando como referência a sua relação com um determinado modo de ser e estar no mundo. Essa concepção avança no sentido de superar as definições clássicas que pensam o extrativismo somente como uma maneira de produzir bens retirando-os diretamente de uma área de ocorrência natural. Também se distingue das que reduzem o extrativismo ao seu caráter exclusivamente econômico. Neste sentido, podemos pensar as comunidades extrativistas através da sua dimensão cultural, na medida em que parto de uma perspectiva que considera a indissociabilidade entre o social e o cultural. Desta forma, um conjunto de práticas sociais, de sociabilidade, temporalidade e de relação com os recursos naturais constituem uma relação dialógica entre cultura e sociedade, contribuindo também para o fortalecimento de vínculos identitários.

3.2 ENTRE O EXTRATIVISMO E O NEOEXTRATIVISMO: TRANSFORMAÇÕES NA TRADIÇÃO DA CATAÇÃO DE MANGABA

Uma definição do conceito de extrativismo deve começar pelo reconhecimento de alguns antecedentes importantes. É latente que os usos mais conhecidos deste termo estão intimamente associados a dois tipos de atividades: mineração e/ou exploração de petróleo. E a um destino específico: a sua exportação. O extrativismo entendido desta forma incluiria algumas matérias-primas que foram exportadas não processadas (comercialização do petróleo em estado bruto), ou com processamento mínimo (como pode ser a separação do mineral). Portanto, qualquer nova definição acaba por conter uma boa parte destes aspectos.

Nesta direção, as referências às chamadas "indústrias extrativas" também são comuns. Sob esta perspectiva, a mineração ou o extrativismo do petróleo seria apenas mais uma "indústria", como por exemplo a fabricação de aparelhos eletrônicos. O termo não se aplica, por exemplo, à mineração em pequena escala ou artesanal, mas a empreendimentos de grande escala. O extrativismo tem sido um termo usado por

economistas desde a década de 1950, mas tornou-se muito popular nos países do Sul quando foi usado por agências de desenvolvimento como o Banco Mundial. Por sua vez, os empresários e os governos o adotaram por uma variedade de razões, incluindo a possibilidade de defender o extrativismo como uma "indústria".

Por outro lado, é necessário ressaltar que de acordo com Pérez et al. (1992), existe outro uso da palavra "extrativismo" na América do Sul, mas em um sentido muito diferente. Tem sido utilizado em programas de conservação, particularmente em florestas tropicais, referindo-se à extração ou colheita sustentável de recursos específicos desses ecossistemas, tais como frutos ou sementes. Este uso é generalizado no Brasil, onde existem reservas extrativistas, que são áreas protegidas, com presença humana, e sob diferentes usos sustentáveis.

Embora o extrativismo possa ocorrer de diferentes formas, com frequência, entre as comunidades tradicionais, o extrativismo tem sido praticado sob bases comunitárias, assentadas em princípios de reciprocidade e solidariedade. Neste sentido, é fundamental pensar o extrativismo na comunidade do Povoado Ribuleirinha praticado pelas mulheres associadas, levando-se em consideração o aspecto que o liga a uma tradição que atravessa diferentes gerações de mulheres e homens que vivem na comunidade.

Tomando a tradição enquanto um mecanismo de regulação, de mediação entre as condições históricas e materialmente disponíveis - em sua relação dialética com a natureza e com as transformações engendradas pelo avanço das relações capitalistas no campo - entendo que os saberes tradicionalmente construídos permitiram a profissionalização das mulheres junto à associação, na medida em que foi necessário recriar formas antigas de se produzir para atender a novas finalidades, como por exemplo, incrementar os ganhos auferidos pela coleta de mangaba pelo grupo de mulheres, já que os ganhos individuais colocavam as catadoras em uma condição de pauperização. Segundo Mota et al (2014) pag. 453:

"Com base em dados de pesquisa de campo realizada em 2007, considerou-se uma "coleta satisfatória" do ponto de vista das entrevistadas a média de 1.700 kg de mangaba por ano por família (SCHMITZ, MOTA e SILVA JÚNIOR, 2011). Calculando-se o preço médio da mangaba em R\$ 0,50/kg e estimando-se que a atividade extrativista contribui com 0,70% da renda total, constata-se que a renda da família totaliza R\$ 1.214,00 por ano. Por mês, é de R\$ 101,20, ou 26,6% do salário-mínimo (R\$ 3,37/dia ou US\$ 1,73/dia, em 4 de setembro de 2007). Mesmo considerando-se as margens de erro dessa estimativa, pode-se afirmar que a situação das catadoras de

mangaba aproxima-se daquela considerada pelos planejadores do desenvolvimento como de pobreza absoluta.”

O desenvolvimento de ações coletivas por parte das catadoras de mangaba em curso desde 2007 objetivavam melhorar tal situação, contribuindo para a superação do isolamento e da fragmentação das mulheres catadoras de mangaba em Sergipe, o que também levaria a uma maior capacidade de enfrentamento à espoliação dos seus territórios de coleta.

Em um primeiro momento é importante recorrer aos relatos da interlocutora Amazilda Ferreira, no sentido de reconstituir as atividades extrativistas no passado como uma maneira de compreender as suas transformações. Segundo ela, a pesca atendia as necessidades alimentares das famílias e eram marcadas por relações de troca.

“Na nossa comunidade tinha umas pessoas que eram os donos das bodegas, né? Que eram geralmente as pessoas que tinha umas coisinhas a mais, era um povo assim, digamos que com a situação melhor. Então essas pessoas tinham essas bodegas onde vendia feijão, farinha, arroz. E as vezes a gente usava esse peixe como sendo uma espécie de moeda de troca com esses donos dessa dessas bodegas.” (Amazilda Ferreira)

Em vista disso, no que se refere as formas de se pensar o trabalho extrativista, um aspecto importante dessa atividade é discutido por Emperaire e Lascure (2000) que procuram fazer uma distinção entre o extrativismo e atividade de coleta. O primeiro integraria um sistema produtivo que tem como destino o comércio em diferentes escalas. O segundo tem como característica a destinação dos produtos coletados para o consumo interno, ou ainda para a troca local, de forma que sua regulação está voltada ao atendimento da unidade doméstica.

Desta forma, até o início da década de 1980, podemos nos referir não ao extrativismo em sua concepção mais clássica na comunidade, mas pensá-lo enquanto uma atividade de coleta. É interessante perceber que a menos de três décadas atrás as relações de trabalho não tipicamente capitalistas marcavam de forma bastante expressiva a forma com que a comunidade se relacionava com a natureza. A pesca para a alimentação da família e a troca do excedente por outros produtos era um aspecto marcante nas relações que se estabeleciam na comunidade.

Essa característica nos chama atenção para o caráter contra hegemônico destas atividades, bem como das culturas populares. Não raro estes grupos são alvo de constantes ataques no sentido de desarticular suas lógicas de organização e

agência, pois compreendo que se apresentam como uma alternativa contra a homogeneização posta pelo avanço das relações capitalista no campo, que visam a sujeição destes grupos à lógica de exploração das suas forças de trabalho e dos recursos naturais.

Sob um outro ponto de vista, Alegrette (2009) chama atenção para o fato de a economia extrativista apresentar como característica importante a sua associação em graus diferenciados à agricultura de subsistência e a criação de animais de pequeno porte. Embora em muitas dessas situações o extrativismo seja a atividade principal. No caso das mulheres catadoras de mangaba do povoado Ribuleirinha o extrativismo da mangaba apresenta como uma característica marcante além da mencionada associação às atividades ligadas ao setor de serviços, a associação ao extrativismo animal de moluscos (sururu, ostra, maçunim, unha-de-velho e outros mariscos) e crustáceos (siri, caranguejo, aratu, guaiamum, camarão) nos manguezais da região estuarina dos rios Fundo e Piauí. A principal explicação para associação da coleta de mangaba com outras atividades advém da sazonalidade da fruta, embora atualmente, com a criação das unidades de processamento já seja possível transformar a mangaba *in natura* em polpas de frutas e outros produtos que possam ser comercializados nos períodos de entre safra.

Outro aspecto importante nos chama atenção para a discussão do extrativismo no sentido de se apresentar como uma estratégia de contenção do desmatamento e das queimadas, já que o extrativismo pressupõe a existência e conservação dos recursos a serem explorados. Este argumento tem sido bastante utilizado pelo conjunto de pesquisadores sobre a temática e pelas próprias comunidades extrativistas no sentido de chamar atenção para a sua importância socioambiental. Nesta direção, também no caso das catadoras de mangabas, trabalhos como os de Mota et al. (2011), consideram o fortalecimento das práticas extrativistas das catadoras como uma estratégia de preservação das áreas remanescentes de mangabeiras. Neste sentido, conforme será discutido na próxima seção, o discurso construído após o processo associativo pelas catadoras de mangaba também se coloca nesta direção. Desta forma, a reivindicação dos territórios de coleta também tem como argumento central o manejo e a preservação ambiental dos pés de mangabeiras e da restinga como um todo.

Já quando se discute a viabilidade do extrativismo no Brasil tem se tratado sob diferentes pontos de vistas. Há um debate que gira em torno da defesa da inviabilidade

econômica da atividade extrativista frente a limitada disponibilidade dos recursos naturais e da crescente necessidade de se aumentar a exploração deles como mecanismo de incrementar os ganhos financeiros das pessoas envolvidas na atividade o que levaria inevitavelmente à extinção dela. De forma geral, esta conclusão está assentada em uma visão dessa atividade apenas como uma coleta de recursos, colocando de lado as técnicas de cultivo, de criação e beneficiamento. Estas análises também apontaram para o paradigma entre um “extrativismo puro” ou a “domesticação”.

O primeiro tem por fundamento a compreensão do extrativismo em uma perspectiva que é discutida sobretudo por Homma (1993) que parte da ideia do extrativismo como “coleta de produtos existentes na natureza com produtividade baixa ou produtividade declinante”. Desta forma, as atividades que envolvam o cultivo, como também a criação e o beneficiamento ou processamento, ainda que integrem um sistema de produção e um modo de vida extrativista, para o autor, não se configuraria mais como extrativismo, mas sim domesticação.

Desta discussão paradigmática, emerge o conceito de neoextrativismo, procurando conectar as instâncias econômicas, sociais e culturais. Rêgo (1999), ao analisar o neoextrativismo em sua dimensão econômica, reflete e o considera como um novo tipo de extrativismo, na medida em que permite um ganho de qualidade que se dá com incorporação de técnicas que abrangem novas possibilidades de utilização dos recursos, de cultivo e de beneficiamento da produção. Ainda segundo o autor, é importante considerar que o “conceito de extração em seu objeto é bastante amplo, pois se aplica ao conjunto de ecossistemas naturais”. Entretanto, ao pensá-lo como descrito no parágrafo anterior o restringimos em sua função, na medida em que o limitamos à apropriação quantitativa e qualitativa de reservas “primitivas”, desconsiderando a intervenção racional que concorre para a sua ampliação. Esta forma de pensar as atividades extrativistas pressupõe a separação homem/natureza, ao considerar a existência de paisagens naturais intocadas pelos seres humanos.

Nesta perspectiva, cabe considerar as contribuições de Diegues (2008) com a sua obra *O mito da natureza intocada*, que nos permite dilatar a compreensão da relação homem/natureza no sentido de desmitificá-la, já que a própria biodiversidade biológica é resultado, até certo ponto, da ação da interferência humana que milenarmente submeteu os ecossistemas e que com os seus deslocamentos disseminaram espécies nativas ao passo que introduziram espécies exóticas.

Portanto, penso que seja ingênuo admitir um extrativismo da mangaba puro, já que as restingas, como habitat humano, e através da sua ação, sofre/sofreu constantes alterações.

Desta maneira, este sistema de manejo encontra-se fundado na cultura tradicional das comunidades extrativistas. Conforme reforça Rêgo (1999), não podemos negar que as práticas utilizadas para a exploração dos recursos naturais dependem da forma de organização social e do nível de desenvolvimento das forças produtivas. Portanto, é necessário considerar que os componentes tecnológicos de baixo custo e impacto também se encontram inseridos. Entretanto, é preciso ter como horizonte que eles são sobredeterminados por elementos culturais.

Nesta perspectiva, o neoextrativismo praticado nas comunidades tradicionais, encontra-se vinculado ao tipo de organização e a um universo cultural próprio. Portanto, a atividade se caracteriza não apenas pelo uso imediato (coleta dos recursos), como também pelo uso mediato (cultivo e beneficiamento), que se dá através da produção comunitária e que se encontra inserido dentro dos valores dos atores sociais que vivem nestes territórios (NETO, 1997).

Logo, este novo conceito de extrativismo, permite analisar as comunidades extrativistas de forma a transcender o nível econômico avançando na compreensão de que a produção se insere em uma nova lógica e que também se diversifica. Mas que por outro lado, encontra-se sempre em uma relação de subordinação a uma cultura específica dentre as mais variadas comunidades extrativistas. Refletindo sobre o ambiente social dos territórios extrativistas, compreendo que a cultura das populações tradicionais é que permite articular e dar coesão à dinâmica socioambiental destes territórios. Tomando como pressuposto a lógica da sobredeterminação cultural, ao utilizar conceitualmente o neoextrativismo nesta análise, parto do pressuposto de que ele inclui o conjunto de usos econômicos dos recursos naturais disponíveis que não entram em conflito com a vivência desta cultura extrativista (RÊGO, 1999).

Ao refletir sobre estes aspectos uma das questões que surgem é a de qual seria a melhor maneira de se utilizar/gestar estes recursos. Ao chamar atenção para os impactos que as comunidades tradicionais têm produzido para a garantia da preservação da biodiversidade existente no mundo, Diegues (2008) aponta para o equívoco na criação e na implementação das áreas protegidas inspiradas nos

modelos estadunidenses de parques e reservas, que acabaram por expulsar as comunidades tradicionais dos seus territórios ancestrais.

“Hoje já existem várias pesquisas e estudos em várias regiões do Brasil que demonstram a inviabilidade de se constituírem unidades de proteção sem se levar em conta a existência da população de moradores. Entre esses estudos, estão as várias pesquisas promovidas, desde 1987, pelo NUPAUB — Núcleo de Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, da Universidade de São Paulo.” (Diegues, 2008, p. 136).

Em uma outra perspectiva, a implementação de reservas extrativistas de uso comum passou a contar como o apoio dos movimentos ambientalistas e com as organizações não-governamentais após a década de 1980, e sobretudo, ganhou repercussão, com a morte do líder ambientalista Chico Mendes em função da sua luta em defesa das comunidades extrativistas do látex nos seringais amazônicos. Desde então, passou a ser discutir no Brasil a construção de conhecimentos e novas práticas de conservação mais democráticas e participativas, que estejam conectadas com os saberes locais e que permitam tanto a conservação da biodiversidade quanto a conservação da diversidade cultural.

Desta forma, “ao invés de serem expulsas de suas terras para a criação de um parque nacional” as comunidades tradicionais “passariam a ser valorizadas e recompensadas pelo seu conhecimento e manejo que deram origem a esses mosaicos de paisagens.” (DIEGUES. 2008, p. 182). Esta virada de perspectiva em relação a conservação dos recursos naturais nos territórios extrativistas colocou os atores sociais no centro da tomada de decisões e da gestão dos seus territórios em consonância com os saberes e valores de cada comunidade.

Analisando as atividades das catadoras associadas do povoado Ribuleirinha na perspectiva do neoextrativismo e diante do conjunto de práticas de manejo e das estratégias que ele pressupõe, as catadoras de mangada tem colocado em prática aquelas de baixo custo e impacto ambiental como a produção da fruta através da domesticação das plantas e do plantio das árvores, bem como também tem investido no beneficiamento do fruto garantindo um maior valor agregado no mercado de forma a suprir a necessidade de maiores áreas de coletas.

Dessa maneira, o processo de beneficiamento da produção da mangaba e a domesticação das plantas marcam o processo de profissionalização das atividades desenvolvidas pelas mulheres e estão localizadas no conjunto de transformações em

que a tradição das catadoras de mangabas estão inseridas, de maneira que pensá-la fora desse hibridismo seria anacrônico.

3.3 AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E SUAS CONEXÕES COM A (RE)AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA

Embora o argumento central deste capítulo não seja a análise do processo de criação do movimento das catadoras de mangaba em Sergipe, entender os desdobramentos desse evento no que refere a criação da Associação do Povoado Ribuleirinha em Estância-SE considero que seja importante. Mesmo que de forma breve, essa discussão permite identificar o contexto social, econômico e político quando da sua criação, já que esse evento tem um papel de centralidade na dinâmica de (re)construção identitária desse grupo.

Faço uma breve contextualização, pois este aspecto foi bem apresentado por uma série de trabalhos, dos quais destaco a pesquisa financiada com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT/CNPq), da Embrapa e da Universidade Federal do Pará (UFPA)⁶, realizada pelos pesquisadores Dalva Maria da Mota, Heribert Schimitz e Luís Fernando Cardoso, que apresentam um panorama detalhado do contexto de criação do Movimento das Catadoras no Estado de Sergipe – MCM

A organização das catadoras de mangaba em Sergipe tem oficialmente como marco a realização do I Encontro das Catadoras de Mangaba do Estado de Sergipe, em novembro de 2007 e teve como consequência a criação do Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe. Este processo foi seguido de capacitações solidárias como o objetivo de possibilitar uma troca de experiência entre as catadoras e como uma forma de garantir a conservação das plantas. Com o aumento das tensões entre as extrativistas, proprietários e posseiros das terras de coleta, objetivavam também, o fortalecimento do movimento recém-criado (MOTA et al., 2008).

Neste sentido, a criação do movimento das catadoras de mangaba em Sergipe é marcado pelo acirramento das disputas territoriais pelas áreas de coleta. É fundamental compreender o acirramento destas tensões em uma perspectiva dialética. Na medida em que as mulheres extrativistas intensificavam suas estratégias

⁶ Pesquisa disponível em <http://portalypade.mma.gov.br/catadores-de-mangaba-biblioteca?download=64:movimento-das-catadoras-de-mangaba-a-conquista-de-uma-identidade>

de luta, os posseiros e proprietários intensificavam a restrição ao acesso à terra e os cercamentos das áreas de coleta. Analisando este processo, procuro compreender o insulamento das áreas de coleta tomando como referência dois momentos estruturantes.

O primeiro diz respeito a reestruturação dos arranjos territoriais provocados com a implementação das políticas públicas para o turismo no Nordeste – PRODETUR. Em relação ao primeiro aspecto, este processo foi intensificado sobretudo com a construção da rodovia SE-100 (Sergipe/Bahia), e sua integração com a denominada de Linha Verde, que compuseram as ações do Prodetur Nordeste na década de 1990 e com a recente construção das pontes, Joel Silveira, ligando o município de Aracaju à Itaporanga, e a ponte Gilberto Amado, entre os municípios de Estância e Indiaroba. Este processo está associado nas últimas décadas, especificamente nas atividades desenvolvidas por este grupo de mulheres, às mudanças nos arranjos territoriais e na expropriação de áreas antes utilizadas no extrativismo da mangaba.

“Olhe, assim, a dificuldade que a gente pode encontrar hoje, que a gente tá achando é a questão que a gente tá ficando, estamos ficando sem área. Quem tá vendendo são os daqui. Quem tá comprando é os de fora. Quem tá comparando pega os seus sítios, suas terras e cerca. Pronto. Não vai querer que ninguém fique catando mangaba. Para nós a dificuldade está sendo esta. Esses condomínios aqui, aqueles de junto dos guardas vem de 2015 para cá. E depois de tudo isso as pessoas já vai começando a fechar, ter sua propriedade privada e pronto, ninguém pode ter mais o acesso. Então cada vez mais tá dificultando para gente é isso aí, entendeu?”⁷

Esta situação levou a intensificação da construção de grandes condomínios fechados e de loteamentos na região. Além disso, a valorização da terra provocada por essa política intensificou a proibição do acesso às áreas de coleta, em alguns casos os proprietários passaram a cobrar pela retirada das frutas ou passaram a reivindicar a propriedade das terras devolutas, sob as quais historicamente o acesso era livre. Esta situação tem conduzido a associação das catadoras às disputas judiciais pela posse e acesso à terra, configurando-se em um importante espaço de resistência a expropriação desse grupo de mulheres, aspecto que discutirei de maneira mais detalhada no próximo capítulo.

⁷ Interlocutora A. Entrevista concedida no dia 20/07/2021.

O segundo momento estruturante, localizado no âmbito do contexto político, diz respeito a ampliação de políticas públicas direcionadas às populações consideradas tradicionais em nível nacional, sobretudo com a criação de um órgão específico dentro da estrutura do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama), o CNPT⁸, através da portaria ICMBio 078/2009. Este órgão surge com a finalidade de promover a sistematização e disseminação de conhecimentos através de pesquisas científicas, permitindo o ordenamento e análise técnica de dados, que possibilitasse a conservação da sociobiodiversidade associadas aos povos e comunidades tradicionais.

Em outro polo, já em 2010, o Estado de Sergipe promulga uma legislação proposta pela então deputada professora Ana Lúcia Vieira, que reconhece as catadoras de mangaba como comunidade tradicional investida de direitos que devem lhes ser garantidos (lei nº 7.082), em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais e a Convenção Nº 169 da Organização do Trabalho promulgada pelo então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva através do decreto nº 5.051/2004⁹, que dispõe que aos povos e comunidades tradicionais deve ser assegurado “o controle de suas próprias instituições e formas de vida e seu desenvolvimento econômico, e manter e fortalecer suas identidades, línguas e religiões dentro do âmbito dos Estados onde moram”, assim como, segundo o artigo 4º da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, deve ser promovida a defesa da diversidade cultural, considerada imperativo ético inseparável da dignidade da pessoa humana.

Também na esfera estadual destaca-se a atuação do Ministério Público Federal em Sergipe (MPF/SE) que deu suporte para a ampliação prática destas políticas públicas, através de audiências públicas com destaque para a que resultou na apresentação do “Mapa do extrativismo da mangaba em Sergipe: situação atual e

⁸ O CNPT - hoje integrado na estrutura do Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade (ICMBio) - foi criado em 1992 e tem como finalidade promover a elaboração, implantação e implementação de planos, programas, projetos e ações demandadas pelas populações tradicionais. Entre outros, tem nas suas atribuições criar e gerenciar Reservas Extrativistas e articular e promover políticas públicas nas diferentes esferas governamentais para melhorar a qualidade de vida das populações tradicionais

⁹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm Acessado em 02/02/2021.

perspectivas¹⁰ em dezembro de 2016. Em 2017 o MPF/SE iniciou uma série de reuniões - a primeira ocorreu em 03 de abril de 2017 e a segunda em 19 de abril do mesmo ano - com os prefeitos de 13 municípios do Estado onde existem áreas naturais de mangabeiras com o objetivo de discutir alternativas e ações públicas concretas para frear a degradação nesses municípios, na ocasião foi acionada a Superintendência do Patrimônio da União (SPU) para que fosse indicada as áreas federais nestes municípios.

Entretanto, o conjunto de políticas públicas fortalecidas ao longo das últimas décadas, conforme mencionado, após 2016 tem sido alvo de desmonte por parte do governo federal, principalmente, nos dois últimos anos. A principal ofensiva surge da considerada a mais drástica reforma ministerial que foi realizada nos primeiros dias do governo de Jair Bolsonaro. A reforma subordinou o reconhecimento dos territórios das comunidades tradicionais aos ruralistas, através da MP 870. Também causa preocupação a extinção da Secretaria de Extrativismo, Desenvolvimento Rural e Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente. Segundo o Instituto Socioambiental¹¹, “com o fim da secretaria de extrativismo, não se sabe também qual será o futuro da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)”.

Desta forma, este preambulo contextualiza a organização das catadoras em um movimento social mais amplo, que por sua vez encontrava-se vinculado ao fortalecimento das políticas públicas de proteção e reconhecimento dos territórios tradicionais, mesmo que ainda de forma insuficiente. Entretanto, esse conjunto de conquistas dos movimentos sociais encontram-se em posição de vulnerabilidade ainda maior diante das correlações de forças desiguais e violentas que se colocam na atualidade.

Este conjunto de condicionantes culminou com processo de criação da Associação das Catadoras de Mangaba do Povoado Ribuleirinha no Município de Estância - ASCAMARE, fundada em 24 de dezembro de 2013. Essa construção está inserida nas metas que o MCM de Sergipe estabeleceu em criar associações e

¹⁰ <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1085370/mapa-do-extrativismo-da-mangaba-em-sergipe-situacao-atual-e-perspectivas> Acessado em 02/02/2021.

¹¹ <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-muda-ou-resta-no-meio-ambiente-com-a-reforma-de-bolsonaro> Acessado em 08/02/2021.

unidades de processamento em vários municípios e comunidades no Estado. Atualmente existe Associações de Catadoras de Mangaba nos municípios de Indiaroba, Japaratuba, Barra dos Coqueiros, Estância, Pirambu e Aracaju.

Diante do contexto de ataques às comunidades tradicionais e da importância da gestão dos recursos comuns o associativismo pode ser pensado com base em duas abordagens. A primeira delas, embora não se configure na abordagem que procuro centrar as análises desta pesquisa, eu não poderia deixar de apresentar. Para isso faço a discussão com o suporte das contribuições de Ostrom (2000). Esta perspectiva nos permite analisar o associativismo sobre um dos seus principais aspectos de construção. Aquele que se coloca como um articulador de processos e dinâmicas locais, como por exemplo a melhoria nas condições de trabalho e renda, como também o direito de acesso aos seus territórios, que se encontram assentados em projetos de interesses coletivos.

Segundo a pesquisadora, no mundo ocidental existe um rico conjunto de experiências diversificadas de sistemas de recursos naturais que são gerenciados por complexos arranjos institucionais locais. Até recentemente, no entanto, estes arranjos não tinham sido completamente compreendidos. No México, por exemplo, aponta que cerca de 30.000 comunidades que formam cerca de três milhões de famílias administram 59% das terras e dois terços das unidades de produção rural.

Entretanto, a teoria econômica classificou os bens de forma binária em públicos e privados, e por isso não reconheceu o conceito de "bens comuns" como uma categoria específica. Em resposta a isto, Ostrom (2000) propôs uma abordagem aos bens comuns que torna visível sua especificidade. Desta forma, conseguiu superar uma cegueira conceitual persistente que historicamente escondeu o papel específico dos bens comuns como realidade econômica e espaço associativo.

A tese fundamental de seu trabalho pode ser sintetizada no sentido de que não há ninguém melhor para administrar de forma sustentável um "recurso de uso comum" do que os próprios envolvidos. Ela superou assim uma dicotomia tradicional que atribui bens privados à esfera do mercado, e por outro lado, atribui bens coletivos ao monopólio do Estado. As análises que anteriormente surgiam a partir deste binarismo reforçavam o entendimento de que a ordem social repousa sobre a força – ou do mercado ou do Estado - e não sobre a interação entre sujeitos.

O sucesso das experiências de gestão dos recursos comuns apontados pela autora só é possível pois ocorre através da capacidade de elaboração, adaptação e

consolidação de regras comuns que acaba por promover a cooperação e por reforçar comportamentos proativos. Segundo esta perspectiva este é um elemento importante na explicação da ação coletiva, como também na explicação da gestão dos recursos comuns. Este processo, de forma geral, resulta na criação de organizações coletivas como cooperativas, associações e sindicatos, dando legitimidade e consolidando práticas de reciprocidade.

Ao analisar as ações das catadoras de mangaba tomando como referência a perspectiva apresentada nos últimos parágrafos leva a compreensão do associativismo como uma forma fortalecimento da luta no enfrentamento dos conflitos que são gerados sobretudo pela expansão da especulação fundiária/imobiliária nas áreas de extrativismo e da condição de pauperização em que as mulheres catadoras de mangaba se encontravam. Este processo tem levado essa comunidade a buscar várias alternativas de subsistir e de gestar os recursos naturais, dentre as quais, está inserida a criação da ASCAMARE.

O relato das interlocutoras aponta no sentido de fortalecer essas proposições. Para as mesmas a associação tem permitido melhores condições de trabalho e remuneração, o que significa melhores condições econômicas, sociais e políticas para que as mulheres extrativistas possam garantir sua reprodução social e cultural. Desta forma, compreendo que se abre uma janela para novos trabalhos de pesquisa, através da qual seria possível observar e analisar o processo associativo de maneira que se pudesse elucidar as singularidades da gestão comum praticadas pelas mulheres associadas em diferentes municípios de Sergipe.

Por outro lado, a segunda abordagem sobre o qual podemos analisar o processo associativo, que ocupa lugar de centralidade nesta pesquisa, é aquela que está vinculada aos processos identitários. Tem ocupado um lugar de centralidade dentre os temas de análise da psicologia, antropologia e sociologia, os vários e complexos processos que envolvem a construção da identidade. Da mesma forma, é uma temática frequentemente discutida a nível de senso comum e nos meios de comunicação de massa. Em grande medida essas discussões visam a existência de uma identidade básica, essencialista e pré-determinada, ou em um outro polo, as que visam um ser fragmentado, fluído e alheio à dimensão histórica, social e cultural.

Por este ângulo, existe um espaço para as análises intermediárias, que tem sido ocupada por vários cientistas sociais. É nesse interstício que esta pesquisa começou a ser delineada, buscando propor um modelo analítico que possibilitasse

compreender o processo de construção/afirmação identitária elaborando propostas que se afastassem tanto do essencialismo quanto da fragmentação.

A concepção essencialista da identidade pressupõe a existência de uma identidade autêntica, portanto mais profunda e básica que formam os sujeitos, independente dos seus percursos vivenciais naquilo que ele é. Neste sentido, é uma ideia que apesar das diferenças introduzidas pelas experiências, concebe a existência de uma identidade essencial. Portanto, é uma concepção de identidade que não corroboro por mais de um motivo.

O primeiro deles parte da minha compreensão de que mesmo as categorias que recebem o estatuto de essências identitárias – de forma geral raça, gênero ou nacionalidade – são elas mesmo produtos de um processo de construção reflexiva ou autorreflexiva, desta forma, resultantes de um determinado contexto. O outro ponto a se considerar é que por mais importância que uma categoria apresente não exclui o fato de os indivíduos estarem inseridos em mais de uma categoria. Inevitavelmente terá uma nacionalidade, poderá assumir determinada crença religiosa, pertencerá a uma determinada categoria profissional, estará inserido em determinada comunidade de interesse e em um determinado núcleo familiar.

Diante desse conjunto de pertencimentos, a identidade do indivíduo torna-se multicomposta. Tentar encontrar uma mais genuína que as demais torna-se irrealista, embora socialmente seja criada uma expectativa nesta perspectiva. Portanto, a identidade não é totalmente determinada ao nascimento, nem por fatores externos, é (re)construída no decorrer da vida, como resultado dos mais variados processos. Desta forma, deve ser analisada como uma construção permanente, marcada pela flexibilidade e dinâmica, e não como uma pré-construção essencialista.

Nesta perspectiva, considero que do ponto de vista analítico – importante ressaltar que só sob esse ponto de vista – a identidade de cada um de nós pode ser segmentada em frações relevantes: identidade étnica, regional, nacional ou de classe. Esta identidade emerge de grupos de sociabilidade em que nos encontramos inseridos, do bairro ou comunidade que vivemos, ou da comunidade de interesses em que nos encontramos associados.

Incorporando em certa medida a discussão sobre a fragmentação das identidades na pós-modernidade, esta pesquisa se associa aquela que parte da compreensão simultânea de conceber o indivíduo como um ponto de encontro, uma interseção de diversas influências e como resultante da atuação em diversos

contextos, que ao mesmo tempo que integra e reivindica diferentes pertenças, conjugando-se e reinventando-se em diversos papéis, não pode ser considerado como condenado a fragmentação.

Nos estudos culturais a ideia de fragmentação apresenta uma grande contribuição com a crítica elaborada por Hall (1992) em relação ao sujeito moderno como portador de uma unicidade, estabilidade e transparência, herdeira da tradição iluminista. Em relação a esse sujeito, considerado como essencialista, alguns teóricos opuseram a ideia de um sujeito fragmentado através da interseção de variadas categorias, da fluidez e da inserção em um determinado contexto. A questão da fragmentação surge com a diversidade de contextos de inteirações que marcam a sociedade em redes, que permite o contato como uma realidade múltipla, diversificada, reconhecendo-se em cada sujeito variadas influências, práticas e representações que muitas vezes se apresentam como contraditórias.

Nesta perspectiva, esta pesquisa procura analisar de qual maneira a identidade “Catadora de Mangaba” concentra múltiplas influências, descartando ao mesmo tempo a concepção essencialista e da fragmentação. Compreendo que cada sujeito compõe sua identidade a partir da multiplicidade de pertenças e inserções, que atua de modos diversos em contextos diferentes, e ainda que multifacetado, constitui-se como um ser uno.

Essas problemáticas puderam ser analisadas e discutidas no decorrer desta pesquisa ao vislumbrar um contexto específico de análise empírica, ou seja, um lugar estratégico de investigação, que de forma singular, fosse exemplificativa destes processos. Não só em virtude da vivência com a comunidade em função da atuação como professor, mas também, e principalmente, devido ao interesse de ordem teórica em abordar as associações levando em conta uma ótica não tão comum.

De fato, análises sobre os movimentos associativos existem, mas a maioria incide sob os impactos que este tem na sociedade em geral, enquanto um mecanismo para a participação e transformação social. Entretanto, o que interessava era investigar os impactos que o pertencimento a uma associação tem para com os seus próprios membros, mais precisamente o seu aspecto identitário, tendo em vista que a pertença é uma expressão da identidade individual e a atividade associativa é a celebração e a promoção de uma identidade coletiva.

Esta concepção do associativismo parte do reconhecimento do movimento associativo como uma forma de sociabilidade especificamente emblemática do modo

como as pessoas se relacionam na contemporaneidade e de forma mais específica nos territórios tradicionais. A supressão espaço-temporal colocou em xeque a hegemonia do local permitindo a abertura de caminhos para a construção de redes sociais que vão além da família, dos vizinhos e dos co-trabalhadores, possibilitando a formação de relações interpessoais de uma forma dispersa no espaço. E ao contrário de se apresentar como forçada, a relação entre o associativismo e identidade apresenta-se como coerente, considerando-se a importância dos grupos de pertença e das redes de sociabilidade na construção da identidade.

Por conseguinte, os indivíduos se influenciam reciprocamente de forma que não apenas o pertencimento à associação influencia a identidade dos indivíduos, como a própria identidade da associação também é marcada por suas membras. A identidade da associação é uma característica tão emblemática que embora inseridas em comunidade muitas próximas as catadoras de mangaba do povoado Ribuleirinha criaram uma associação específica ao passo que as mulheres catadoras do povoado Manuel Dias, que se limita com aquele, também criaram uma associação própria.

Neste sentido, entre as catadoras de mangabas a construção identitária apresenta aspectos singulares que se relacionam às experiências particulares de cada grupo, das relações de poder que se estabelecem entre as mesmas e das estratégias de organização que cada grupo acabou por implementar.

Diante do que foi argumentado, a criação da associação é carregada de um aspecto simbólico frente a afirmação das mulheres enquanto catadoras de mangaba. Acho importante relatar um episódio na tentativa de explorá-lo enquanto um exemplo de como o processo associativo repercutiu na auto identificação positiva destas mulheres em um movimento de revalorização do termo catadora de mangaba, quando da minha atuação ainda em 2012 - portanto em um período que antecede a criação da associação - como professor na escola Municipal Maria Izabel Carvalho Nabuco D'ávila, localizada no Povoado Porto do Mato, que atende o conjunto das comunidades e povoados círculo vizinhos, dentre as quais a dos Povoado Ribuleirinha.

Em uma tarde, o conjunto de educadores que se encontravam na escola foram convidados pela coordenação para conversar com a mãe de uma aluna que passava por situações de conflito no ambiente escolar, na sua relação com os colegas e com os próprios educadores. Ao chegar à sala da coordenação uma senhora de meia idade nos aguardava. Com gestos contidos, olhar acanhado e em silêncio, ouvia o relato

sobre o comportamento da sua filha por parte da coordenadora. A pausa no silêncio é quebrada e sua primeira fala foi uma construção próxima de: “Trabalho nestes tabuleiros catando mangaba, não tenho vergonha disso. É com o meu trabalho que não falta nada para ela”. A fala se estendeu no sentido de demonstrar seu esforço em educar e criar a sua filha.

Voltando a atenção a sua afirmação inicial. Era muito evidente seja no seu corpo, seja nas suas palavras, um sentimento ambíguo de vergonha e constrangimento em relação a sua condição de mulher catadora de mangaba. Demorou um pouco para que eu como recém-chegado à comunidade pudesse compreender os motivos daquele misto de constrangimento e vergonha. Por outro lado, ao longo destes anos pude acompanhar a dinâmica de ressignificação do termo, de maneira que atualmente é possível observar por parte dessas mulheres um movimento na direção de positivar esta identidade no sentido do orgulho e reafirmação.

Ressaltam-se, portanto, entre estas mulheres de forma bastante evidente duas dimensões importantes para a construção identitária. A continuidade da tradição um pouco mais ou um pouco menos reformulada e (re)criada pelos próprios atores sociais, que conforme procurei discutir na primeira parte deste capítulo encontra-se em processo de transformação, todavia encontra-se sobredeterminada pelos valores culturais próprios. A segunda dimensão se relaciona ao projeto reflexivo sobre a própria identidade, mais ou menos constrangida socialmente pelo campo das possibilidades do sujeito, que tem no processo associativo um espaço privilegiado para troca de experiências, valores, e por consequência, para a transmissão identitária.

Partindo dessa análise é possível se verificar como a associação, enquanto um espaço de referência e determinado grupo de sociabilidade, constitui-se em um ponto de encontro de elementos dispersos marcados por diferentes trajetórias e representações, emergindo como local de encontro entre vários vetores identitários que se entrecruzam em seu seio e formam uma complexa rede em que se tecem linhas identitárias. É justamente esta constituição que lhe confere um caráter singular e distintivo, (re)construindo a identidade própria das catadoras de mangaba da ASCAMARE. Neste sentido, como sugerido anteriormente, as influências entre a associação e seus membros são recíprocas. Significa dizer que nestas linhas de transmissão identitárias o processo de transmissão (de conhecimentos, práticas,

representações, modos de vida...) ocorre sempre nos dois sentidos, permitindo uma troca constante entre os dois vetores referidos. Efetivamente, na ASCAMARE é possível se verificar a ocorrência de transmissão entre a linha proveniente das mulheres que fazem parte de um grupo familiar que se encontravam historicamente ligadas ao extrativismo da mangaba, herdeira de saberes, hábitos e modos de vida próprios, e os elementos mais diretamente ligados ao movimento cultural apresentado nas últimas páginas, no sentido de que em vez da afirmação identitária inicial conduzir ao associativismo, gera-se um processo invertido: o associativismo gera a afirmação identitária.

Assim, o que distingue o movimento associativo é que sua ação não é motivada apenas por razões estratégicas, nem por uma atividade puramente expressiva de sua identidade, mas mantém a relação estável entre os dois. Neste ponto de vista, compreendo o associativismo e as consequências que ele provocou no sentido da profissionalização e da articulação destas mulheres junto ao conjunto das catadoras de mangaba com o suporte do MCM, das capacitações, dos encontros e trocas de experiência, como um dos fatores condicionantes das suas reafirmações identitárias, que inclusive contribuiu para o fortalecimento do grupo frente as disputas territoriais que ainda estão em curso e que serão discutidas no próximo capítulo.

4. EXPERIÊNCIA, CULTURA E RESISTÊNCIA

Para Silvia Federici, apesar de todos os esforços desde a colonização no sentido de destruir os sistemas de produção feminino, as mulheres ainda se configuram na maioria dos trabalhadores agrícolas, e “ao defender a agricultura de subsistência, o acesso comunitário à terra e a desapropriação de terras, as mulheres estão construindo o caminho para uma sociedade não exploradora, na qual as ameaças de fome e de desastres ecológicos desaparecerão¹².” (FEDERICI, 2013, pag. 223).

Nesta perspectiva, reconhecendo o protagonismo feminino no processo de resistência e da luta histórica contra as estruturas que sustentam as mais variadas formas de exclusão e tomando o associativismo enquanto um elemento desencadeador da celebração de uma identidade coletiva, este capítulo tem como objetivo relacionar a criação da associação das catadoras de mangaba e as estratégias de resistência à dinâmica de redefinição da identidade do grupo como possível acionamento de uma identidade de resistência comunal.

Para tanto, utilizo as contribuições teóricas de Castells (1999, 2000). Primeiro discuto o significado das identidades na sociedade em rede, em seguida relaciono os impactos das macro e micro territorialidades sobre as identidades apontando as contribuições da geografia cultural para o debate sobre a espacialidade das culturas, e por fim, procuro identificar as principais características das afirmações identitárias das mulheres catadoras de mangaba antes e depois da profissionalização que se deu com o processo associativo, refletindo sobre as principais mudanças que concorreram para a (re)definição e (re)afirmação das suas identidades.

Nesta perspectiva, me debruço sobre os fatos indiciais que podem sinalizar que a (re)afirmação identitária do grupo pode ser interpretada no sentido da resistência. Para sustentar essa argumentação utilizo os processos em nome da associação junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe em articulação com a bibliografia que discute o processo de afirmação identitária na perspectiva da resistência comunal enquanto um mecanismo de projeção social e política em oposição ao processo de exclusão e dominação.

¹² Tradução livre do autor.

4.1 A IDENTIDADE COMO UM ELEMENTO DE RESISTÊNCIA CULTURAL

Não é coincidência que na última década do século XX a questão da identidade tenha se tornado central para os movimentos populares que resistem à homogeneização cultural. Promotor da ética de mercado, do agravamento das desigualdades sociais, da exclusão da grande maioria da população e da destruição da natureza, o capitalismo neoliberal apresenta-se como sendo único projeto social viável, desvalorizando e desarticulando outros modos de vida que não contribuem para a sua reprodução como sistema social dominante.

Sem necessidade de recorrer a numerosos argumentos, a afirmação das identidades dos grupos excluídos tornou-se necessariamente um enclave de resistência cultural e em muitos casos uma forma de construção da contra hegemonia. A defesa das raízes, dos territórios, o resgate da memória, a possibilidade de sermos reconhecidos como sujeitos históricos apresentam-se como alternativas para questionar a ordem atual ao mesmo tempo que possibilita projetar um futuro de equidade, dignidade e de justiça social.

No contexto de ofensiva neoliberal as reflexões propostas por Manuel Castells (1999) procuram discutir as identidades enquanto "o processo de construção de significado baseado num atributo cultural, ou num conjunto de atributos culturais relacionados, ao qual é dada prioridade sobre o resto das fontes de significado". Este processo de construção de significados é bastante emblemático pois acaba por permitir que os diferentes atores sociais organizem reflexivamente as suas ações, fazendo com que a identidade se torne uma fonte tanto de significado quanto de experiência para as pessoas.

Este processo de construção acaba permitindo que em um momento de crise – tal qual vivemos nesse contexto histórico – as identidades possam ser reconstruídas ou conforme argumenta Santos (1993), os vínculos identitários que se encontravam dispersos possam ser recontextualizados e reparticularizados em torno de projetos mais imediatos e que se encontram enraizados em escalas de ação locais.

É importante chamar mais uma vez a atenção para o fato de que a identidade tomada nesta perspectiva, é o resultado de uma construção que os indivíduos fazem no âmbito dos processos de interação social e que se encontram baseadas na história, geografia, biologia, na memória coletiva, como também nas tradições. Assim, ao passo que os atores sociais produzem uma identidade coletiva também acabam por

determinar o seu conteúdo simbólico, permitindo que os valores e interesses dos sujeitos que a compõem sejam justificados. Portanto, para Castells (1999, pag. 23):

"os indivíduos, grupos sociais e sociedades transformam todos estes materiais e redefinem o seu significado de acordo com determinações sociais e projetos culturais que estão enraizados na sua estrutura social e no seu quadro espacial-cultural".

Castells (1999) compreende que esse processo de construção identitária pode ocorrer basicamente de três formas: i) a identidade legitimadora, introduzida pelas instituições dominantes que dirigem a sociedade, a fim de expandir e racionalizar o seu domínio sobre os atores sociais; ii) identidade de resistência, produzida por atores que ocupam posições ou condições subvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica dominante, onde a identidade é acionada como uma defesa da comunidade contra os constantes ataques de dominação e iii) a identidade de projeto, quando os atores sociais, com base no material cultural à sua disposição, constroem uma nova identidade que redefine a sua posição na sociedade, e ao mesmo tempo propõe transformar a estrutura social como um todo.

As ações levadas a cabo pelas mulheres da ASCAMARE são sem dúvidas uma fonte de significado e de experiência para as mulheres. Para autores como Castells, estas ações são as que permitem a construção da identidade devido ao processo de autodefinição e individualização que implicam. Este processo tem uma ordem claramente defendida por Castells, uma vez que, entendendo que a identidade é uma construção social, os tipos de identidades descritas acima estão relacionados porque se constituem num fenómeno contínuo e permanente, como argumenta o próprio autor. Isso significa que "identidades que começam como resistência pode acabar resultando em projetos, ou mesmo tornarem-se dominantes nas instituições da sociedade, transformando-se assim em identidades legitimadoras". (CASTELLS, 1999, pag. 24)

Baseado na observação de movimentos sociais e expressões de identidade Castells (2000) afirma que este desenvolvimento é uma consequência da globalização e da crise das instituições do Estado-nação e da sociedade civil constituída em torno do Estado. Nesta perspectiva argumenta que "a globalização ultrapassa a capacidade de gestão dos Estados-nação. Não os invalida totalmente, mas obriga-os a orientar

as suas políticas em torno da adaptação dos sistemas instrumentais dos seus países para a navegação dos fluxos globais¹³ (CASTELLS, 2000, pag. 50).

Quando isto acontece, os Estados negligenciam os interesses de seus atores que anteriormente eram protegidos por ele, como é o caso da sociedade civil. Isto acontece porque o Estado é obrigado a atender a novas dinâmicas globais e, conseqüentemente, a sua ação para com a sociedade civil torna-se secundária. No caso brasileiro, um reflexo dessa reorientação do papel estatal pode ser observado nos últimos anos com o avanço dos setores empresariais ligados a produção de commodities sob os territórios indígenas, quilombolas e das comunidades tradicionais como um todo, que em sua grande maioria, contam com a negligência do poder estatal ou mesmo com a regulamentação dos processos de espoliação.

Esta conjuntura produz uma situação de insegurança e incertezas, que para Castells (2000), leva a procura de sentido na reconstrução de identidades defensivas em torno de princípios comunitários em fontes mais imediatas, sobretudo ligadas ao seu próprio território. Assim, quando os sujeitos constroem a sua identidade na contemporaneidade, já não o fazem com base em sociedades civis, que para o autor estão em processo de desintegração, mas como uma extensão da resistência comunitária.

Portanto, a resistência comunitária é gerada por aqueles atores que se encontram em uma posição desvalorizada e estigmatizada pela lógica da dominação. Como consequência de tal situação, constroem espaços de resistência, a exemplo das comunidades quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e indígenas. No caso das mulheres catadoras de mangaba, as mobilizações em torno da defesa dos seus modos de vida, configuram-se em um aspecto emblemático na redefinição de suas identidades no sentido da resistência comunitária, na medida em que se constituem em ações coletivas de mulheres contra a espoliação dos seus territórios, como também como um mecanismo de superação da situação de pauperização que concorriam para a condição de exclusão socioeconômica. Neste sentido, a resistência comunitária tem permitido a projeção social e política destas mulheres.

Desta forma, a resistência é articulada como um mecanismo para se colocarem fora da exclusão a partir do campo simbólico. Logo, a construção de um discurso e de práticas que articulem e mobilizem os sujeitos, que se encontravam dispersos e

¹³ Tradução livre do autor.

fragmentados, são condições indispensáveis no processo de constituição das identidades na contemporaneidade e conferem uma nova postura em relação ao conjunto de processos de espoliação.

Por isso, compreendo que a identidade de resistência é produzida por atores que ocupam posições ou condições subvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica dominante, sobretudo com o avanço da globalização e a consequente reorientação do papel do Estado, onde de forma proeminente a identidade passa a ser apelada como uma defesa da comunidade contra os constantes ataques de dominação, ou seja, a identidade de resistência é a construção de uma identidade baseada em significados culturais que os indivíduos constroem como resposta aos diferentes processos sociais pelos quais passam. Estes significados baseiam-se em um atributo cultural, ou no conjunto deles, que apresentam uma força suficiente para se tornarem um motivo de resistência.

Na contemporaneidade é possível observar que o reforço das identidades culturais passa a se configurar em um elemento básico na organização social, na busca por segurança do grupo, como também na mobilização política, configurando-se em um produto da sociedade em rede e da globalização. Assim, quando um ator é definido pela sua identidade, este princípio torna-se mais importante do que outras fontes de significado. Neste sentido, as identidades culturais, juntamente com outras identidades tais como as identidades de gênero, religiosas, nacionais e étnicas, aparecem como um dos princípios fundamentais quando se trata de definir um indivíduo ou uma coletividade na sociedade em redes.

Portanto, na ASCAMARE, a construção da identidade coletiva tem sido utilizada como estratégia pelas mulheres a fim de promover a projeção delas em diferentes espaços cidadãos e políticos. As mulheres extrativistas começaram a (re)construir uma identidade em direção à resistência, buscando redefinir a sua posição na sociedade. Este recurso surgiu em um contexto em que ser uma catadora de mangaba na contemporaneidade entrou em antagonismo com aquela identidade cristalizada da catadora de mangaba, que era marcada pela pauperização, considerada invasora de terras e que tinha sua atuação reduzida a uma extensão das atividades domésticas.

4.2 AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E OS IMPACTOS SOBRE AS COMUNIDADES EXTRATIVISTAS

Coerente com o que foi argumentado até aqui, parto do entendimento de que na sociedade em redes a mudança social ocorre em maior proporção em torno da identidade que se constitui no campo da resistência. Conforme já apresentado na seção anterior, Castells (1990) refere-se à resistência comunal, que no contexto da globalização e da era da informação, dá lugar a uma identidade de projeto e talvez ao longo do tempo a uma identidade legitimadora. Portanto, compreendo que a resistência comunal é gestada pelo poder da identidade que se constitui em torno dela.

Para alargar esta reflexão, Castells (1990) analisa alguns casos empíricos específicos: o fundamentalismo religioso, o nacionalismo, a identidade étnica e a identidade territorial. Segundo o autor, estes quatro exemplos são amostras objetivas da resistência comunitária que se verifica na sociedade da informação. Levando-se em consideração as singularidades culturais das catadoras de mangaba, que se relaciona ao atributo territorial que amálgama sua constituição, suas contribuições servem de referência para a discussão da dinâmica de redefinição das identidades do grupo.

Nesta perspectiva, é importante fazer uma reflexão sobre a espacialidade das culturas destacando a importância de se recuperar as contribuições de Bonnemaison (2002) no sentido de tomar o conceito de espaço cultural como uma articulação entre o que se compreende como a prática material e imaterial da cultura. Neste sentido, o espaço cultural é um espaço vivenciado e concebido em termos de significação e relação simbólica. Portanto, é aquele que se distingue do espaço social comumente concebido em termos de organização e da produção.

Portanto, a geografia cultural tem buscado contribuir para a compreensão do caráter simbólico do espaço superando as suas definições tradicionais de viés geográfico-espacial no âmbito da ciência geográfica e contribuindo para os estudos culturais. Nesta direção, considero que seja importante trazer uma breve reflexão sobre os diferentes significados que a categoria território tem assumido nas mais variadas análises, para que possamos compreender as suas contribuições para os estudos sobre as culturas populares na contemporaneidade, já que o território se configura em um elemento importante na análise das redefinições das identidades entre as mulheres catadoras de mangaba no povoado Ribuleirinha.

Tomando o conceito de território em seu sentido mais amplo, ele encontra-se ligado à ideia de poder em suas mais variadas formas de materialização com um enfoque na espacialidade, ou seja, na forma com que o poder é projetado no espaço. Nesta direção, pode o território, através do enfoque em suas dimensões de poder, assumir diferentes significados. Conforme argumenta Tartaruga (2005), a dimensão política é a mais empregada. Nela o território é compreendido como o espaço controlado e delimitado. Geralmente relacionado ao poder político do Estado.

Outra perspectiva menos empregada enfoca na dimensão econômica do território que passa a ser compreendido como uma fonte de recursos, como também é incorporado na análise sobre embate entre classes sociais e na relação entre o capital/trabalho. Por fim, a dimensão simbólica-cultural encontra-se centrada nos aspectos mais subjetivos, levando a compreensão do território como resultado da apropriação simbólica do espaço vivido por parte de um grupo.

Alinhado com a derradeira perspectiva, o território vem sendo discutido enquanto “espaço das identidades” por Guanzioli (2005), Santos e Silveira (2007) e Meija (2006), o que possibilita colocar no centro da discussão além do seu aspecto simbólico o papel dos sujeitos sociais que se apropriam e dão uso, estabelecendo relações de poder, seja pela materialização de objetos, seja pela materialização de ações no espaço. Portanto, concebendo as culturas populares a partir de sua dimensão contra hegemônica, podemos pensar então, que as mais variadas territorialidades se configuram em uma “estratégia engendrada pelo grupo para a constituição, manutenção e defesa do território” (Sack, 1986).

Deste modo, ao analisar a espacialidade das catadoras de mangaba, dois aspectos importantes acerca das territorialidades precisam ser considerados. O primeiro deles, introduzo apoiado na contribuição que nos é apresentada por Costa (2011), que assim como Santos (1996) chama atenção para o fato de que é necessário se analisar o território não como um espaço neutro, mas como um lócus de constantes disputas de poder. Portanto, nos convidam a refletir sobre a macrodimensão cultural do território. O que significa tomar o território como resultado da apropriação simbólica e subjetiva que um determinado grupo estabelece em relação ao seu espaço de convivência, mas está atento ao fato de que este se encontra articulado com as dimensões econômicas, políticas e ambientais em uma perspectiva integradora. Nesta direção, o território emerge como um “espaço híbrido” (SANTOS, 1996). Neste

sentido, compreendo que o território frequentemente é atravessado por territorialidades antagônicas que geralmente se expressam através dos conflitos.

Desta forma, é de fundamental importância incorporar nesta discussão um segundo aspecto, tomando como referência as noções de microterritorialidades e macroterritorialidades. A primeira, conforme descritas por Castells (1999) são resultantes da atuação de grupos sociais que geralmente não são muito numerosos, mas que a partir de uma identificação entre si, e do fato de possuírem características e identidades próprias e particulares (tais como ribeirinhos, quilombolas, extrativistas etc.) mantém-se mobilizados, mesmo diante da expansão e das modificações impostas pelas macroterritorialidades. Pensando as macroterritorialidades como sendo uma estrutura territorial que desempenha poder de forma abrangente geralmente apresentado por estruturas dominantes legitimadas por instituições tradicionais e pelo Estado.

Especificamente, no caso das catadoras de mangaba do povoado Ribuleirinha, podemos pensar na imposição destas macroterritorialidades como resultado da valorização do solo provocada, sobretudo, pela materialização das políticas públicas para o turismo no Nordeste. Desta forma, considero que o acionamento de uma identidade de resistência pelo grupo de mulheres associadas é uma expressão da luta contra as consequências excludentes das políticas de desenvolvimento territorial pensadas para a região principalmente com o início do PRODETUR/NE.

De forma genérica a teoria econômica ortodoxa pensa o desenvolvimento baseado na concepção de um determinado estágio a ser atingido colocando como modelo ideal as sociedades capitalistas do Norte global. Portanto relaciona o subdesenvolvimento como uma condição das economias “pré-capitalistas”, pois equivocadamente pensam o seu desenvolvimento sem considerar o processo de acumulação primitiva do capital vide o trabalho escravo e a exploração dos territórios em América, África e Ásia, que serviram de base para a expansão capitalista como um sistema econômico mundial. Não ficamos atrasados vendo o capitalismo se desenvolver, não obstante trabalhamos para que pudesse haver uma economia mundial capitalista como a que conhecemos hoje. Portanto, o subdesenvolvimento é uma condição do próprio desenvolvimento.

Nesta perspectiva, para compreender os impactos do PRODETUR é importante localizá-lo afim de contextualizar a sua constituição dentro do panorama de concepções das políticas públicas para o desenvolvimento no Brasil. Em sua grande

maioria estas políticas estiveram assentadas nas teorias propostas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) criada junta à ONU em 1948 com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento da América Latina e fortalecer os laços econômicos entre os países da região como uma forma de reduzir ou eliminar a pobreza através de uma política de “modernização” econômica.

Em um primeiro momento esta proposta de desenvolvimento atribuía ao Estado o protagonismo no planejamento e nas estratégias políticas e econômicas que fossem capazes de promover a superação do subdesenvolvimento. Este pensamento clássico da CEPAL fazia parte de uma tradição crítica aquele conservadorismo ortodoxo que considerava o subdesenvolvimento como o resultado da incapacidade e insuficiência dos próprios países subdesenvolvidos, e que apresentava como remédio para tal situação, o estabelecimento de uma economia de mercado sem restrições aos fluxos de capitais internacionais.

A despeito das críticas que se dirigiram as propostas de desenvolvimento clássicas da CEPAL, elas configuravam-se em um pensamento crítico ao conservadorismo ortodoxo neoliberal, muito embora a partir da década de 1990 (a Nova CEPAL) passará renegá-lo ao se alinhar ao pensamento ortodoxo, inclusive passando a defender como condição obrigatória para o desenvolvimento latino americano a implementação de reformas neoliberais, através das quais, o Estado se colocaria (reduziria) como regulador das decisões privadas.

Conforme discute Ramos (1997), esta mudança marca de forma emblemática a alteração na orientação do papel do Estado.

Tabela 1 O papel do Estado nas políticas de desenvolvimento

Orientação	Desenvolvimento para fora	Desenvolvimento para dentro
Estado passivo	Ortodoxia (neoliberal).	-
Estado ativo	Nova CEPAL.	-

Fonte: Ramos, 1997.

Do ponto de vista das políticas públicas para o desenvolvimento territorial, passaram a se materializar sobretudo com a construção de grandes obras de infraestruturas como ferrovias, rodovias e portos através de convênios e repasses via organismos financeiros internacionais como o FMI e o Banco Mundial, que estabeleciam uma série de contrapartidas para a liberação dos recursos, das quais se destacam as privatizações e diminuição do papel e da atuação do Estado no planejamento estratégico da economia.

Encontravam-se alinhadas a expansão das multinacionais em direção às periferias do mundo em busca de mão-de-obra barata, mercados consumidores e fontes de matérias primas a serem exploradas de forma que encontravam respaldo em leis ambientais mais frágeis do que as existentes do Norte global.

Buscando analisar a inserção da economia brasileira no capitalismo global e propor uma saída para o subdesenvolvimento, teóricos brasileiros desenvolvem a como ficou mais conhecida “Teoria da Dependência”, entre os quais Rui Mauro Marine, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos ligados ao Centro de Estudos Socioeconômicos da Universidade do Chile (CESO) propunham uma crítica radical ao modelo de desenvolvimento vigente. Theotônio dos Santos afirmar muito claramente, entre outras coisas, no título de um de seus livros que a alternativa ao Brasil e a América Latina seria através da superação do modelo de desenvolvimento proposto pelo neoliberalismo ou inevitavelmente pavimentar-se-ia o caminho para o fascismo.

Sua análise não se limita a esse aspecto e dá uma importante contribuição crítica radical ao modelo subdesenvolvido dependente e autoritário latino-americano e brasileiro. Em termos de dependência, DOS SANTOS (1973) distingue três formas históricas: (i) dependência colonial, comércio-exportação, (ii) dependência financeiro-industrial, que se instalou no final do século XIX, e (iii) dependência tecnológica pós-guerra, realizado por empresas internacionais. Este último tipo de dependência acarreta uma espécie de desenvolvimento “desigual e combinado”, uma vez que o subdesenvolvimento se caracteriza por profundas desigualdades relacionadas com a sobre-exploração do trabalho.

A constatação de que as novas estratégias desenvolvimentistas “cepalinas” não produziram os resultados que se esperava no sentido de superar a pobreza como também de que as políticas nacionais centralizadas na União tornaram-se incapazes de produzir os efeitos esperados em função de serem insensíveis as particularidades locais, acabou também por produzir críticas que apontavam para a necessidade de uma série mais ampla e diversa de políticas que estivessem em acordo com cada realidade regional, e que inclusive passasse pelo incentivo à atividades rurais não agrícolas com uma maior participação das populações locais.

Entretanto, como chama atenção Guanzirolli (2005, pág. 5) “como garantir participação sem o fortalecimento dos atores sociais para que possam realmente participar?”. Por outro lado, nos últimos anos as políticas de desenvolvimento tiveram com foco grandes projetos integradores que acabaram resolvendo parcialmente os

problemas e incorporaram parcialmente as potencialidades dos territórios atingidos por essas políticas. Guanzirolli (2005) apresenta uma série de críticas a concepção de desenvolvimento territorial pensado e implementado nas últimas décadas. Das quais destaco aquelas que concorrem mais para sustentar as análises dos impactos do PRODETUR em relação às comunidades extrativistas da mangaba em Sergipe de forma abrangente, e mais especificamente, sobre as mulheres extrativistas associadas do povoado Ribuleirinha.

A primeira delas diz respeito ao negligenciamento de uma estratégia de desenvolvimento endógeno, que estivesse voltado para as ações em pequena escala, com o foco em territórios em desvantagem socioeconômica, como é o caso dos territórios extrativistas da mangaba, e que pudesse ser desenvolvido de forma descentralizada, envolvendo a participação das diferentes esferas de poder, sobretudo como uma maior participação das esferas municipais, permitindo a participação efetiva das comunidades.

A segunda destaca o caráter predominantemente produtivista que negligencia os aspectos da sustentabilidade e da multifuncionalidade das atividades desenvolvidas nos territórios envolvidos. Especificamente na comunidade do povoado Ribuleirinha a ênfase em uma política de desenvolvimento territorial endógeno poderia possibilitar a construção de um circuito econômico de escopo envolvendo a produção das atividades ligadas a coleta da mangaba, a produção do extrativismo praticado pelas marisqueiras e da pesca artesanal, que buscasse atender as demandas de consumo local, regional ou estadual, e que inclusive se articulasse à outras políticas setoriais, como por exemplo a inclusão da produção nas políticas destinadas a alimentação escolar conforme prevê o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Portanto, a criação do PRODETUR insere-se em um contexto que objetivava o desenvolvimento da região tendo como instrumento a consolidação das atividades do turismo de massa a partir da formação de polos de desenvolvimento integrados no Nordeste. Para conseguir atingir este propósito a primeira fase do PRODETUR em Sergipe estava centrada na implementação de infraestrutura básica no litoral sul sergipano, com destaque para a pavimentação asfáltica da rodovia SE-100, como também na construção de equipamentos turísticos a exemplo das orlas da praia da Caueira e da praia do Abaís, respectivamente nos municípios de Itaporanga D'Ájuda e Estância.

A segunda etapa do PRODETUR consolidou a articulação do litoral sul sergipano com a construção da Ponte Joel Silveira sobre o Rio Vaza-Barris, que interliga Aracaju a Itaporanga D'Ajuda e a construção da ponte sobre o Rio Piauí que interligando o município de Estância a Indiaroba. Considero que o conjunto dessa reorganização territorial sem a realização de um consistente e prévio planejamento socioambiental que permitisse a construção de estratégias levando-se em consideração as condições socioculturais, ambientais e a participação efetiva das comunidades envolvidas, consolidou o litoral sul de Sergipe como um espaço marcado pela segregação dos seus habitantes tradicionais, na medida em que passou a ser ocupado por casas de veraneio ou condomínios fechados destinados a uma população de alto poder aquisitivo (FRANÇA,2005).

O conjunto destas obras permitiram a articulação do litoral sul de Sergipe o que levou ao aumento da pressão demográfica sobre estes territórios. Este processo se materializou com a construção de loteamentos residenciais, sobretudo para segunda residências, popularmente chamadas de casas de veraneio. Consequentemente contribuiu para o aumento da especulação imobiliária e para ocupação desordenada dos ambientes costeiros, levando a degradação ambiental e comprometendo em grande medida a qualidade de vida das populações locais.

Outro aspecto que chama atenção nesse processo é que a valorização do solo provocada pelo conjunto destas obras tem pressionado e seduzido a população local no sentido de vender as suas propriedades aos especuladores, principalmente, aos donos de construtoras e incorporadoras. Fato que tem se agravado, conforme discutirei no próximo capítulo com a morte dos mais velhos da comunidade e o posterior parcelamento das terras por herança.

Desta forma, verifica-se que as políticas de desenvolvimento territorial, sobretudo as que foram implementadas no litoral sergipano, levaram a cristalização das condições de exclusão que são bastante anteriores e que se encontram inseridas na continuidade histórica da opressão sobre as culturas populares e os seus territórios no Brasil e tem produzido um impacto negativo na manutenção da tradição da coleta de mangabas no Estado de Sergipe e na Ribuleirinha.

4.3 AS SINGULARIDADES DA (RE)AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA DAS MULHERES ASSOCIADAS

Um dos aspectos que marcavam a identidade social das catadoras de mangaba era o seu relativo isolamento e fragmentação. Desta maneira a principal forma de articulação que se estruturava entre as mulheres extrativistas da mangaba estava circunscrita ao núcleo familiar e se restringia na colaboração para o desenvolvimento das atividades de coleta. Trabalho que envolvia inclusive a participação das crianças da família. Por outro lado, embora esta identidade estivesse efetivamente inserida na cultura de uma tradição extrativista, não se encontrava atrelada de forma direta a conflitos territoriais, já que o acesso as áreas de coleta eram relativamente marcadas pela ausência de tensões, de forma que mesmo em áreas particulares o acesso era livre, tal qual ocorria nas áreas devolutas.

Outro aspecto importante na constituição da identidade social das catadoras de mangaba estava relacionado a informalidade das suas atividades de forma que não se verificava sinais de profissionalização do trabalho de coleta, como também não havia nenhum tipo de beneficiamento da produção. Tampouco havia o reconhecimento social da atividade como uma ocupação profissional, estando de forma geral muito atrelada, conforme a literatura já apresentada anteriormente, a uma extensão das atividades domésticas, e embora fosse um elemento importante na composição da renda familiar, de forma geral, era considerada como uma renda complementar.

A espoliação dos territórios de coleta que acabam por intensificar a exclusão socioeconômica das catadoras de mangaba configuram-se em elemento desencadeador do processo associativo que tem como resultado a celebração da identidade coletiva que marca a (re)definição da identidade social das mulheres do grupo. Penso que este processo foi possível através da articulação entre elas no próprio território do povoado Ribuleirinha, como também através da formação de uma rede de solidariedade com as demais catadoras de mangaba do Estado de Sergipe através do MCM por duas razões.

A primeira delas parte da minha compreensão de que as redes solidárias são um mecanismo de enfrentamento da exclusão e uma forma de inserção e participação. Sua função é prover ou reduzir a escassez de recursos ocasionada pela marginalização de determinados grupos sociais. A construção de redes pressupõe a “identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em

comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas” (SCHERER-WARREN, 2006, p.113).

O segundo parte da reflexão de que um aspecto importante para a compreensão da constituição destas redes deve levar em consideração os mecanismos de transformação das carências do grupo em uma representação simbólica com força para se transformar em pautas reivindicatórias capazes de desencadear uma ação coletiva. Portanto, o reconhecimento recíproco da exclusão pelos sujeitos sociais acaba por atuar de maneira positiva conectando as várias particularidades do grupo à ideários politicamente mais amplos.

Neste sentido, faço coro com Inojosa (1999, p. 118-119) no sentido de que ao se analisar o sucesso da estruturação dessas redes de solidariedade, deve-se levar em consideração que ela depende da capacidade de (re)formular e disseminar uma “ideia força” na qual o papel desempenhado por uma liderança e os mecanismos de comunicação são de fundamental importância.

Portanto, o potencial contra hegemônico que se estabelece com a estruturação destas redes estão condicionados à capacidade de articulação com outros sujeitos sociais em movimento. Entretanto, é de fundamental importância que estes movimentos sejam reciprocamente inteligíveis. Este reconhecimento permite que a despeito das particularidades decorrentes das experiências de cada grupo ocorra a transformação de demandas particulares em demandas coletivas. Porém, frequentemente, este encontro é marcado por tensões em função de visões distintas no interior de uma rede. Talvez isso seja mais um elemento que ajude a compreender o porquê da existência de duas associações entre duas comunidades tão próximas no litoral de Estância.

Um outro aspecto dessa constituição de redes está relacionado ao seu formato que pode incidir em seu fortalecimento. Choen (2003) destaca em sua análise o nível narrativo e doutrinário que na contemporaneidade tem se articulado no sentido de construir práticas discursivas que aproximam a memória de exclusão e discriminação que se constituiu historicamente em relação aos grupos subalternizados, a exemplo das mulheres, negros, da comunidade LGBTQIA+, quilombolas, povos tradicionais e as massas de trabalhadores. Esta estratégia é construída através do trabalho de tradução das experiências semelhantes, que do ponto de vista subjetivo são marcadas em sua grande maioria pela carência, o que permite a construção de uma identidade comum.

O filme *Mulheres Mangabeiras*, destacado na introdução deste trabalho, pode ser interpretado neste sentido. Em movimento que se constitui partindo da construção de uma prática discursiva que aproxima as diferentes mulheres catadora de mangaba por meio das suas memórias de exclusão. Portanto o processo de releitura histórica com base na memória permite a sua tradução em novos referenciais simbólicos que encontram respaldo na vivência do grupo e permite que as mesmas se recontextualizem possibilitando que ocorra a recuperação e a reinterpretação de um conjunto de signos culturais, construindo uma identidade coletiva e reconhecendo-se de forma recíproca como sujeitos de direitos.

Desta forma, penso que as redes de solidariedade presentes no contexto social brasileiro indicam que a sociedade civil não está totalmente desarticulada ou indiferente conforme argumenta Castells (1999). Ao contrário, compreendo que a sociedade civil organizada tem permitido que no caso da tradição da coleta de mangas, os sujeitos sociais se articulem com os diferentes atores sociais em movimento, como por exemplo, os pesquisadores ligados a EMBRAPA e a Universidade Federal de Sergipe. Portanto, considero o fim do isolamento e da fragmentação, que se constituiu a partir das redes de solidariedade entre as diferentes associações do Estado de Sergipe, como uma característica marcante no processo de transformação da identidade coletiva das catadoras de mangaba que passaram a se organizar em torno da ASCAMARE no povoado Ribuleirinha.

Outro aspecto relacionado às redefinições identitárias do grupo está relacionada a gestão comum dos recursos. Este processo se materializa sobretudo através do beneficiamento do fruto por meio da unidade de produção instalada na sede da associação. Mas também se estrutura em torno da conservação das áreas remanescentes de mangabeiras, além da luta pela criação de unidades de reservas extrativistas e da disputa institucional pela posse dos territórios através de processos de *uso capião* frente ao TJSE. De acordo com o levantamento de dados feito no site do Tribunal de Justiça de Sergipe existem três processos nos quais a associação aparece como requerente para a construção da sede da associação e que estão inscritos sob os números: 201550001189, 201550001846 e 201650000342.

O processo de número 201550001189 foi instaurado em 08/09/2015. Ao analisar o seu conteúdo dois aspectos chamam bastante atenção nos autos. O primeiro deles diz respeito a exigência:

“da presença de planta topográfica de georreferenciamento do imóvel usucapiendo considerando que a planta topográfica constante dos autos não atende às referidas exigências, intime-se a parte autora, pela imprensa, para, no prazo de 10 (dez) dias, colacionar aos autos a planta topográfica de georreferenciamento do imóvel usucapiendo”

Outro elemento que chama atenção diz respeito a:

“tendo em vista que o imóvel usucapiendo possui registro, devendo ser incluído na demanda o proprietário do imóvel usucapiendo. Vale ressaltar, ademais, que restando impossibilitado a inclusão, deverá incluir e qualificar todos os herdeiros do referido proprietário, para fins de citação.”

É flagrante como o aparato institucional do Estado concorre para a perpetração da exclusão das mulheres na medida em que levando-se em consideração o contexto socioeconômico em que esse grupo de mulheres se insere esbaram nas dificuldades de se atender às exigências que o aparato judicial impõe para a execução da demanda imposta pela associação. Cabe salientar que os mecanismos excludentes de acesso à terra no Brasil estão inscritos na história da configuração do Estado brasileiro.

É importante destacar que desde a promulgação da lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, que ficou conhecida como a “Lei de Terras”, estabeleceu-se a necessidade de registro cartorial como também a obrigatoriedade de um documento de compra e venda para configurar a propriedade. Desta forma, alterou-se o acesso e a manutenção da terra por comunitários. Outro aspecto tem origem com a constituição federal de 1891 que transferiu para o Estado as chamadas “Terras Devolutas”, que se configuravam nas terras que até então não havia sido reclamada propriedade e reconhecia o direito de compra preferencial aos posseiros. Desde então houve um amplo processo de invasão das posses de terras comunitárias.

São recorrentes na literatura, na imprensa escrita e televisionada e na história dos grupos, estratégias de expropriação das terras tradicionalmente ocupadas, como ameaças e pressão para a entrega das terras, compra por direito de herança por estranhos ao grupo, cercamentos, adjudicação de terras, obras e empreendimentos. A existência de capangas, operadores do direito, magistrados e outros agentes públicos que são solidários às classes dominantes, representam o desequilíbrio na correlação de forças entre posseiros e as comunidades tradicionais. Em um polo temos as comunidades tradicionais fundadas sobretudo na oralidade. Em outro polo temos os adversários letrados, economicamente e politicamente bem localizados.

Na contemporaneidade isto revela que embora tenha se imprimido um esforço no sentido de garantir as populações tradicionais o acesso e permanência em seus territórios através do fortalecimento das políticas públicas e das legislações específicas, estes grupos ainda esbaram na dificuldade de ter suas demandas garantidas. Pois ao que nos parece seria óbvio que um grupo de mulheres consideradas pela legislação estadual como uma comunidade culturalmente diferenciada, historicamente vivenciando suas práticas socioculturais no referido território deveriam tê-lo reconhecidamente como seus.

Entretanto, por consequência desse conjunto de exigências que se encontram inseridas na própria história de manutenção das desigualdades perpetradas pelas instituições tradicionais do Estado este processo foi arquivado em 13/10/2015 tendo como sentença sinal:

“Vistos etc. Trata-se de usucapião em que a parte autora não cumpriu o comando anteriormente expedido, não obstante tenha sido intimada, pela imprensa, para sanar as irregularidades existentes, com a ressalva, inclusive, de que sua inércia acarretaria o indeferimento da inicial. Desse modo, deve ser aplicada, na espécie, a penalidade constante do parágrafo único do art. 284 do CPC, qual seja, o indeferimento da inicial. Ante o expedito, indefiro a inicial e DECLARO EXTINTO o feito, sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 284, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Custas de lei. P.R.I. Estância-SE, 13 de outubro de 2015.”

Os processos de números 201550001846 e 201650000342 também obtiveram sentenças semelhantes. Embora os resultados não tenham sido favoráveis à associação compreendo que a sua constituição indica que ela tem se tornado um espaço importante na luta pela garantia do acesso à terra de, e, portanto, repercutido no fortalecimento de uma identidade que se encontra nas trincheiras da resistência.

Por fim, considero como uma terceira transformação importante na identidade social das catadoras de mangaba a profissionalização das atividades em um movimento amplo que envolveu outras associações de Sergipe. Desde o ano de 2015, as atividades de assistência técnica são proporcionadas pelo Projeto Casa da Mangaba, desenvolvido pelo Instituto Pangea – Meio Ambiente, Cultura e Educação com patrocínio do Instituto Afrânio Ferreira (IAAF), e entre os anos de 2018 e 2020 o Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe, desenvolvido pela Ascamai com o patrocínio do Programa Petrobras Socioambiental, contribuiu com novos processos de formação em Agroecologia, Processamento de Alimentos, Cursos

Profissionalizantes e Artesanais, e Educomunicação, além de proporcionar a instalação de cinco viveiros agroflorestais comunitários em diferentes comunidades extrativistas, que contribuirão com o reflorestamento das áreas de restinga com espécies nativas da Mata Atlântica.

Um aspecto importante nesse contexto de profissionalização e de constituição de redes está ancorado na comercialização da produção. Além do comércio da fruta *in natura* a unidade de produção instalada na comunidade e em mais quatro municípios: Indiaroba, Barra dos Coqueiros e Japaratuba, permitiu a diversificação produtiva com a produção de biscoitos, bolos, geleias, balas, licores entre outros produtos. Outro aspecto importante que merece destaque nessa análise e que marca o caráter da profissionalização das atividades desenvolvidas pelas mulheres associadas, e que em função da pandemia do corona vírus no ano de 2020/2021, deu-se a utilização do cyber espaço para a comercialização dos produtos através das redes virtuais. Foi desenvolvido um *e-commerce* com a finalidade de comercializar a produção durante o período de isolamento social.

Embora o processo de profissionalização engendrado pelo associativismo tenha produzido conquistas importantes para o grupo, mesmo que o Estado de Sergipe tenha reconhecido em 1992 a mangabeira como árvore símbolo do Estado e em 2010, reconhecido as catadoras de mangaba como comunidade tradicional investida de direitos que lhes devem ser garantido, conforme prevê a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais e a Convenção N° 169 da Organização Internacional do Trabalho, as mulheres catadoras de mangaba em Sergipe desde 2007 seguem na luta pela criação de reservas extrativistas e criação de unidades de conservação.

Desta forma, ao analisar a espacialidade das catadoras de mangaba do povoado Ribuleirinha é fundamental (i) pensar o território a partir da sua não neutralidade; (ii) considerar as relações de poder que se estabelecem entre catadoras/proprietários/Estado; (iii) pensar o território enquanto articulador da identidade cultural do grupo e por fim (iiii) refletir sobre o processo de associativismo também como uma estratégia de enfrentamento às macroterritorialidades impostas pelas estruturas dominantes.

Neste sentido, analisando a territorialidade das catadoras de mangaba do povoado Ribuleirinha a mangabeira pode ser compreendida como o signo/territorialidade para a manutenção e controle de seu território existencial. Para

Bonnemaison (2002), ao se projetar espacialmente a cultura tece lugares e itinerários que dão forma a uma determinada estrutura espacial. Em sua análise, os geossímbolos expressam os valores de um determinado grupo cultural, que se encontram imbricados aos diferentes elementos que compõe o seu universo simbólico, entre eles a natureza, a memória, os conhecimentos, as técnicas e as representações.

Portanto, nesta perspectiva, os geossímbolos são considerados elementos territoriais que expressam uma identidade coletiva. Nesta lógica, compreendo que os processos identitários destas mulheres tem nas mangabeiras o seu principal geossímbolo uma vez que a planta é o principal suporte material da cultura extrativista da mangaba. Desta forma, os cercamentos, o corte e a proibição de acesso às áreas remanescentes de mangabeiras colocam em xeque não somente a reprodução socioeconômica do grupo, uma vez que a utilização do fruto é a principal fonte de renda das mulheres catadoras de mangaba, mas também colocam em risco a reprodução simbólica e existencial de toda uma cultura ligada a tradição extrativista da mangaba na comunidade.

5. TRABALHO, SOCIABILIDADE E GÊNERO

Os trabalhos de pesquisas que buscam incorporar as noções de interseccionalidade, ou seja, aqueles que compreendem raça, classe e gênero como unidades indissociáveis, ao longo das últimas décadas, tem chamado atenção para os mecanismos que permitem a materialização das diferentes hierarquias sociais.

A pesquisa produzida por Nadya Araújo Guimarães¹⁴ aponta para a existência de padrões diferenciados de desigualdade de rendimentos entre grupos quando se leva em consideração os critérios de raça e gênero. A pesquisadora utilizou os dados Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para os anos de 1989 e 1999 o que permitiu a verificação de que os marcadores de cor e sexo são elementos importantes na explicação das desigualdades salariais no Brasil por exemplo.

Esta premissa também pode ser verificada no trabalho de Nelson do Valle Silva “O preço da cor: diferenciais raciais na distribuição da renda no Brasil”¹⁵ que demonstra a existência de diferenças de renda entre brancos e não-brancos. Nessa perspectiva, compreendo que a análise do trabalho feminino no extrativismo da mangaba precisa considerar a conjunção das relações de poder de gênero, raça e classe.

Com base nessa perspectiva, penso a identidade das catadoras de mangaba como uma unidade de múltiplas determinações, tomando como referência a representação dominante do que é ser mulher na cultura ocidental e todos os marcadores sociais associados a esta representação, principalmente, aquelas relacionadas as noções do maternalismo, que inclui o papel do cuidado e do trabalho não remunerado com um dos principais aspectos, em sua relação com os marcadores de raça e classe.

Portanto, este capítulo tem como objetivo discutir de que forma a protagonismo feminino frente a associação reflete na maneira com que estas mulheres afirmam as suas identidades de gênero, buscando investigar se esta nova postura coloca em xeque as noções de maternalismo entre as mulheres do grupo. Em um primeiro momento, apresento quem são as catadoras, por meio da elaboração de um perfil diversificado das catadoras associadas, chamando atenção para as suas singularidades.

¹⁴ GUIMARÃES, Nadya Araújo. Os desafios da equidade: reestruturação e desigualdades de gênero e raça no Brasil. **Cadernos Pagu**, p. 237-266, 2002.

¹⁵ SILVA, Nelson do Valle. O preço da cor: diferenciais raciais na distribuição da renda no Brasil. 1980.

Em um segundo momento, ancorado também nos dados obtidos através das entrevistas e das observações, discuto de que forma a tríade gênero, raça e classe enquanto unidades indissociáveis se articulam no sentido de permitir a interpretação das vivências das catadoras de mangaba, identificando as dimensões que envolvem o trabalho feminino na tradição e os impactos que as transformações em curso têm causado no processo de reconfiguração identitária.

5.1 AS MENINAS DA MANGABA E AS MANGABEIRAS

“Eu entrei na associação adolescente na verdade. E assim eu fui me formando dentro dela já.”¹⁶

Durante a aproximação com as extrativistas associadas no decurso do processo de entrevistas, observei que as mulheres catadoras de mangaba sempre se referiam umas às outras como “as meninas”: as meninas da Barra, as meninas de Indiaroba(...). Portanto, optei por nesta seção, que se dedica a traçar um perfil das mulheres do grupo, utilizar a palavra “meninas” como uma forma de aproximar o leitor das singularidades das extrativistas da mangaba do povoado Ribuleirinha.

Um dos principais impactos que o processo associativo produziu, se deu na mudança da organização no trabalho produtivo das mulheres extrativista, que se dá desde a coleta da mangaba, passando pelo beneficiamento, e, se conclui, com a comercialização dos produtos. Em relação à coleta da mangaba, no passado, geralmente era realizada nos dias de domingo ou nos dias de segunda. A coleta durante esses dois dias se justificava, segundo as interlocutoras, diante da necessidade de comercializar as frutas na feira livre na sede do município de Estância, que ocorria nos dias de terça, sobretudo, porque até então, as catadoras não tinham a prática de congelar os frutos. Eles eram vendidos ainda frescos, e, portanto, não poderiam ser armazenados por muito tempo, já que a mangaba é uma fruta que estraga com muita facilidade segundo as informações das extrativistas.

A construção da unidade de beneficiamento na comunidade, mesmo que não tenha resolvido completamente as dificuldades enfrentadas pelas extrativistas no desenvolvimento das suas atividades - afirmo isso porque discuto a seguir as problemas enfrentadas pelas associadas no que se refere à aquisição de equipamentos - permitiu que as mulheres extrativistas organizassem melhor a logística de coleta e venda da mangaba, de forma que passaram a armazenar,

¹⁶ Interlocutora B. Entrevista concedida no dia 05/08/2021.

sobretudo, o excedente das mangabas que não são vendidas diretamente *in natura*, conforme argumenta a interlocutora A¹⁷ “Com a associação mudou em algumas partes porque se a gente for para a feira e não vender, a gente não desperdiça mais as nossas mangabas. Antes a gente jogava porque nós não sabia o que fazia. E hoje não, a gente aproveita. Nós faz nossas poupa”.

Desta forma, os dias de coleta são mais flexíveis, e, segundo as interlocutoras, não existe a definição de dias específicos para esta atividade. De acordo com as informações obtidas através das entrevistas é uma atividade que geralmente tem sido praticada pelas associadas de maneira individual, de forma que só esporadicamente ocorre o trabalho de coleta de forma coletiva.

O beneficiamento das frutas que não são comercializadas *in natura* só passou a acontecer na comunidade após o processo associativo que proporcionou as extrativistas a participação em cursos de manipulação de alimentos junto com as demais mulheres extrativistas de outros municípios. Em relação a este processo, não existe uma divisão/especialização do trabalho de beneficiamento, de maneira que todas as associadas dominam a produção de todos os itens que são fabricados na unidade de processamento. Sejam biscoitos, balas, bolos, geleias ou mesmo as polpas.

Neste sentido, assim como no trabalho de coleta, não existe uma divisão fixa dos dias de trabalho na produção. O desenvolvimento das atividades está vinculado a disponibilidade de cada uma durante aquela semana, de maneira que pode variar, caso algumas delas, por algum motivo, não possa comparecer à associação naquele dia. Entretanto, atualmente, a remuneração das associadas ocorre a partir da contabilização das horas de trabalho que elas cumprem na associação. Esse valor atualmente corresponde a 5 reais por hora de trabalho. Além da remuneração pelas horas de trabalho na associação, elas recebem o pagamento referente ao quantitativo de mangaba que destinam à entidade.

De acordo com a interlocutora A¹⁸ nos períodos de queda na oferta de mangabas elas também compram os frutos das mulheres catadoras não associadas da comunidade. Como discutirei adiante as catadoras associadas tem acesso aos recursos em propriedades privadas familiares. Entretanto, em relação a este aspecto,

¹⁷ Interlocutora A. Entrevista concedida no dia 20/07/2021.

¹⁸ Ibidem.

algumas mulheres não associadas na comunidade, segundo a interlocutora B¹⁹ tem acesso aos pés de mangaba através da prática conhecida coma a “cata de maia” ou do arrendamento de uma determinada propriedade durante o período de safra.

“Mas tem outras mulheres que pegam, que fazem a cata de meia. O que é a cata de meia? Ela vai lá com o dono do sítio e fala assim: eu vou catar tipo de meia, metade dela e metade do dono. Ele não faz nada. Ela que faz a coleta, ela que vende, ela que tudo. Mas se ela fizer 500 reais, 250 de um e 250 de outro. Tem umas que já arrenda. Aluga o terreno durante a safra toda.”

Em relação à comercialização dos seus produtos, atualmente se dá sobretudo na loja física que fica localizada no próprio prédio da associação. É um ponto de venda estratégico para o grupo de mulheres pois encontra-se localizado às margens da rodovia SE100. O grande número de carros, vans e ônibus que passam na rodovia com turistas e visitantes permite que as vendas nos períodos de alta estação sejam bastante expressivas. Pude durante a fase de observação acompanhar alguns momentos em que grupos grandes de turistas acompanhados por empresas de turismo chegaram na loja da associação. Segundo o relatado, com um tom de comemoração pela presidente da entidade, muitas empresas de turismo já incluíram as paradas na loja no itinerário dos passeios. Atualmente, desde a intensificação do isolamento social em função da pandemia, também se consolidou a venda dos produtos através da criação de um e-commerce conforme já argumentado no capítulo anterior.

Segundo a presidente da entidade, a cada semana uma das associações que possuem unidade de processamento fica responsável pela produção dos itens que serão comercializados, de forma que as entregas são feitas todas as sextas-feiras, principalmente, para compradores que residem na cidade de Aracaju, onde as extrativistas de Sergipe também contam com um ponto de retirada tipo drive-in localizado no bairro Jardins. E ainda enviam seus produtos para qualquer lugar do Brasil.

Embora a associação atualmente conte com um número reduzido de associadas, conforme argumentado na metodologia, elas são mulheres plurais, e, portanto, apresentam um perfil diversificado evidenciando que ser catadora de mangaba configura-se em uma sutura, uma intercessão entre mulheres com as mais variadas inserções na sociedade.

¹⁹ Interlocutora B. Entrevista concedida no dia 05/08/2021.

A média de idade das associadas é de 34 anos, de forma que a mais velha tem 45 anos, e a mais jovem tem 28 anos de idade. Ela conta com bastante orgulho e entusiasmo, que desde os 16 anos faz parte do grupo que esteve envolvido na criação da associação na comunidade, e que continua atuante até hoje. Ela é a responsável pela comunicação da entidade. Está à frente das redes sociais e em constante articulação com as demais associações. Neste processo, ela destaca a importância de ter entrado em contato com outras mulheres catadoras de mangaba. Processo que se iniciou com o Primeiro Encontro das Catadoras de Mangaba do Estado de Sergipe.

O reconhecimento ou a inteligibilidade da condição de mulher extrativista a partir do encontro de/entre “iguais”, também fica evidenciado nas falas da interlocutora A, que destaca a importância das redes de apoio que acabaram por se consolidar entre as extrativistas desde aquele momento, e de como a pandemia interferiu nessa dinâmica de sociabilidade entre elas:

“Na época assim, eu não sabia que teria outras mulheres catadoras, eu não sabia que tinha mangaba em outros municípios. E hoje a gente sabe. Tava cada um no seu município. Cada um no seu cantinho. E a gente tem os movimentos no grupo da gente. Quando a gente quer falar vai lá e se fala com todas. Se acontece algo a gente também sabe (...) já tivemos três encontros, em Pontal, aqui e em Japaratuba. E agora ia ser um na Barra dos Coqueiros. Só que aí devido a tudo isso (fazendo referência a pandemia) a gente tá tentando se organizar de novo. Vê se volta tudo a normalidade, né? A gente não para não. É reunião, é encontro... a gente tinha muito.”²⁰

Ela tem um papel de liderança importante na comunidade. Encontra-se inserida em diferentes espaços de participação popular e de sociabilidade:

“Olhe eu faço parte de uma associação: dessa aqui. Também sou associada em uma de moradores que a gente tem aqui, que fui eu também a primeira presidente. Aí eu ainda ajudo a igreja. A minha igreja lá no centro (referindo-se ao centro pastoral no povoado Porto do Mato). E ainda dou catequese para os meninos. Então eu tenho essas atividades”.

A maioria delas, desde muito jovens, realizavam o trabalho de coleta de mangabas junto à família, portanto, desde a infância foram socializadas no ambiente extrativista, com exceção da interlocutora C, que começou na atividade após se mudar para a comunidade - nove anos atrás quando os pais vieram trabalhar em uma propriedade na região - e conhecer o trabalho realizado pela associação. Embora tenha vivenciado os momentos iniciais da criação da associação, não vem de uma

²⁰ Interlocutora A. Entrevista concedida no dia 20/07/2021.

família extrativista. Portanto, está entre aquelas em que o ao invés da afirmação identitária levar ao associativismo, o associativismo que acabou por levar a afirmação identitária.

“Meus pais vieram trabalhar no Pina. Não sei se você conhece? Aí a família veio toda junto. Conheci o filho de Ta(a presidente da associação) e ela me convidou para fazer parte. De início eu ajudava na cozinha, na produção. Eu fui aprendendo. Depois eu me associei. Agora eu faço parte do movimento. Cato mangaba também. Mas foi depois que eu vim morar aqui. Antes eu nem conhecia.”²¹

Em relação ao estado civil, todas afirmaram conviver com os seus companheiros, embora a maioria não esteja civilmente casada. Em relação a este aspecto, são unânimes em afirmar que se consideram chefes de família, no sentido de compreenderem a importância dos resultados financeiros dos seus trabalhos na composição da renda familiar, destacando que de forma geral, seus rendimentos teriam um peso equivalente ao dos seus companheiros.

Entretanto, especificamente no extrativismo da mangaba, fica muito evidenciado uma menor valorização desta atividade quando comparamos por exemplo com aquelas praticadas pelos homens, ainda que o resultado dela possua o mesmo valor expressivo no mercado segundo MOTA et. al (2008) e possua relevância para a composição da renda da unidade familiar conforme reforçado pelas interlocutoras.

Nesta perspectiva, é possível afirmar que esta situação também foi verificada por pesquisadores que se debruçaram em outros contextos. A análise feita por Machado (2007) na região amazônica em relação às mulheres caboclas que trabalham com a catação de caranguejo no litoral norte identificou a existência de níveis de invisibilização e de desvalorização da atividade entre a própria comunidade e em “diferentes espaços e segmentos sociais” (p.487).

As análises de Dantas (2010) também apontam para essas desigualdades quando analisa as atividades das mulheres marisqueiras nos povoados de Pontal, Preguiça e Terra Caída localizados no município de Indiaroba/Se. A atribuição do trabalho de coleta do Aratu às mulheres, uma atividade que envolve um trabalho minucioso, e de paciência, já que envolve a espera até que o crustáceo saia da toca. Portanto, é um trabalho muito desgastante, pois envolve a dedicação de muitas horas dentro do manguezal.

²¹ Interlocutora C. Entrevista concedida no dia 09/08/2021.

Desta forma, entre estas diferentes mulheres extrativistas imprimiu-se uma noção de atividade complementar. Entretanto, a noção de atividade complementar é questionável entre as catadoras de mangaba associadas, já que entre elas constatamos a predominância de mulheres que se colocam como chefes de família, que desempenham as suas atividades de forma autônoma e inserem-se socialmente e profissionalmente em espaços e atividades conforme sua própria agência.

Nesta direção, com exceção da interlocutora B, que afirma somente desenvolver os trabalhos relacionadas a catação e beneficiamento da mangaba, as demais associadas relataram desenvolver outras atividades para incrementar a sua renda. Entre as quais, se destaca, a prestação de serviços domésticos – no caso da interlocutora A, trabalha há 20 anos prestando serviços em uma casa de veraneio e está eventualmente envolvida na atividade de pesca artesanal; e, no caso da associada C, trabalha também como diarista em residências na região: “eu faço faxina. Mas não é sempre. A minha renda principal vem da associação.”

Portanto, para 2/3 das mulheres do grupo, a renda auferida pelo extrativismo da mangaba ainda precisa ser complementada como outras atividades para garantir a manutenção da unidade familiar. Nesta perspectiva, além das atividades desenvolvidas com a prestação de serviços domésticos ou da pesca, a maioria das associadas também declararam que são beneficiárias de políticas/programas de distribuição de renda, sobretudo, do Bolsa Família.

“Que agora a mangaba já tá terminando, quando a mangaba termina, eu, eu e algumas demais, vai para maré. As outras não (referindo-se as mulheres associadas), mas eu vou. Porque é baixa estação e cai um pouquinho (referindo-se as vendas dos produtos na loja da associação que fica às margens da rodovia SE100). Aí fica assim um pouco devagar. Aí eu vou, saí e pego e já complementa a renda. Meu marido, ele pesca também, mas o nosso é só para o consumo da casa.”²²

Um aspecto que chama bastante atenção entre as mulheres associadas é o perfil de escolaridade do grupo se comparado à trabalhos em comunidades extrativistas da mangaba, a exemplo dos resultados verificados na dissertação de mestrado de Maria Margarette Lisboa Rocha²³, que se debruça sobre o grupo de

²² Interlocutora A. Entrevista concedida no dia 20/07/2021.

²³ CONFLITOS SOCIAIS PELO ACESSO AOS RECURSOS: O extrativismo da mangaba (Hancornia speciosa Gomes) no Povoado Pontal/Sergipe. Disponível em <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/104743/1/mariarocha.pdf> Acessado em 06/11/2021.

catadoras de mangaba do Povoado Pontal localizado no município de Indiaroba. Sua pesquisa aponta para uma taxa de analfabetismo entre as extrativistas de 24%. Entre as associadas da ASCAMARE não identifiquei mulheres com esse perfil, de forma que 1/3 das associadas tem o ensino fundamental completo, 1/3 o ensino médio incompleto e 1/3 o ensino superior incompleto.

Em termos comparativos, outro aspecto que chama atenção refere-se ao número de filhos, que entre as associadas representa uma média de 3, enquanto entre as catadoras do Pontal a média são de 5 filhos. Neste sentido, não é possível verificar entre as associadas, o que se torna questionável entre as extrativistas do grupo, o que Woortmann e Woortmann (2002, p. 26) afirma de que “um maior número de filhos significaria mais pessoas contribuindo para a manutenção do domicílio”.

Embora não seja possível afirmar que o relativo aumento nos níveis de escolaridade e o menor número de filhos entre as mulheres do grupo tem relação direta com o processo associativo, pois compreendo que seria necessário um trabalho comparativo mais amplo entre mulheres associadas e não associadas, o que fugiria do objeto central desta pesquisa, estes aspectos denotam uma característica singular das mulheres que se encontram inseridas na associação.

Entretanto, é possível verificar que o nível de escolaridade, o número médio de filhos e a média de idade evidenciam mudanças importantes no perfil das catadoras da comunidade que se encontram associadas se comparado aos que são apresentados em trabalhos já produzidos sobre as extrativistas da mangaba em Sergipe, dos quais se destaca os estudos de MOTA et al. (2011).

Por outro lado, um aspecto bastante singular das extrativistas que se encontram associadas na comunidade, está relacionado à forma de acesso aos recursos. Os relatos das interlocutoras apontam para mudanças importantes no que se refere ao extrativismo da mangaba e ao uso das mangabeiras pelas mulheres catadoras. A principal mudança se relaciona ao acesso, a disponibilidade e a conservação das mangabeiras.

“ Olhe, assim, a dificuldade que a gente pode encontrar hoje, que a gente tá achando, as dificuldades são essas, a questão que a gente tá ficando, estamos ficando sem área. Quem tá vendendo são os daqui. Quem tá comprando é os de fora. Quem tá comparando pega os seus sítios, suas terras e cerca, pronto. Não vai querer que ninguém fique catando mangaba. Para nós a dificuldade está sendo essa. Esses condomínios aqui, aqueles de junto dos guardas vem de 2015 para cá. E depois de tudo isso as pessoas já vai começando a fechar, ter sua propriedade privada e pronto, ninguém pode ter mais o acesso. Então

cada vez mais tá dificultando para gente é isso aí, entendeu? E aí a gente precisa, a gente já conversou com o engenheiro, você veja a questão do terreno onde tem escritura para vê se a gente consegue um projeto pra gente comprar. E a gente fazer plantio.”²⁴

O histórico da catação da mangaba na comunidade aponta para a coleta em terras devolutas ou de acesso livre, de forma que eram áreas abundantes na comunidade, não havia proibição de acesso, nem tão pouco cercamentos das áreas das mangabeiras, situação que de forma genérica se verificava em outras comunidades de Sergipe.

“Agente catava nos nossos sítios e nos dos outros. Não era proibido, sabe? Porque mangaba é assim... mangaba é... a gente chama aqui de tabuleiro...e aí a gente ia lá...muitas pessoas iam. Hoje essas terras têm dono. As vezes o dono não vai lá vê, mas tem um dono. Antes a gente saía para catar. Era um terreno aberto. Era livre. Entendeu? A gente entrava. Tinha muita mangabeira. Ninguém proibia. A gente pegava. Hoje é diferente.”²⁵

A mudança no acesso aos pés de mangaba é algo que traz bastante preocupação para as associadas. Embora elas reconheçam que este problema tem afetado o grupo de uma maneira peculiar, diferente do que ocorre em outros municípios de Sergipe:

“Hoje a dificuldade maior, não só aqui na nossa comunidade, eu digo assim, na nossa região a gente não tem essa dificuldade tão grande devido aos nossos sogros e pais terem sítios com mangaba. Aí geralmente as catadoras daqui pegam nas suas próprias áreas. Tem as que aluga, mas são poucas. Mas tem regiões assim de outros lugares que realmente não tem área nenhuma para as mulheres catar. E o que elas fazem? Elas compram de outras regiões para poder produzir. Mas aqui a nossa dificuldade é menor. Não que não tenha, né? Porque assim, tem essa facilidade por ser sítios da própria família. A gente pode pegar, pode ir. Só que assim, as vezes tem muita gente, aí tem que fazer aquela divisão: eu pego tal dia, você pega tal dia. A gente tem a preocupação. Porque são sítios de pessoas que tem muitos filhos e mais tarde vai embora. Porque já estão muito velhos, e aí aqueles filhos não têm aquele carinho aí já vai vender. Então também tem essa preocupação. Que assim, eu como nora, meu sogro morre amanhã, os filhos vão vender as terras e aí não vai ter onde mais pegar. Então já é uma preocupação futura.”²⁶

Desta forma a pressão demográfica provocada pela especulação imobiliária soma-se ao incipiente parcelamento das terras que se dá através da divisão das propriedades por herança. Este processo também tem levado à preocupação com

²⁴ Interlocutora A. Entrevista concedida no dia 20/07/2021.

²⁵ Ibidem.

²⁶ Interlocutora B. Entrevista concedida no dia 05/08/2021.

redução das áreas de coleta. Entre as associadas esse processo ainda é embrionário, mas já gera incertezas e inseguranças. Segundo a presidente:

“Hoje eu cato tranquila, no do meu sogro também. Quem cata sou eu e algumas meninas daqui. Só que agora o meu sogro faleceu e já tá um pouco problemático. Agora eles já querem vender. Lá tem muita mangaba. É 160 hectares de terra. É tudo mangaba. Então hoje a gente junto com o engenheiro de alimentos, eu já conversei com ele para vê se a gente compra um terreno. Porque senão as mangabeiras vão ficar sem mangaba. E com esses condomínios destruindo. Aí tudo era mangabeira (apontando para o condomínio em frente à associação), coqueiro... tudo foi destruído... todo mundo tá derrubando.”

Além das dificuldades relacionadas ao acesso, disponibilidade e a conservação o principal problema enfrentado pelas associadas ainda é a sujeição aos atravessadores que estão investindo em equipamentos e no cultivo de pés de mangaba em suas propriedades. Isso acontece por falta de equipamentos necessários para estocar as mangabas durante o período de safra, já que a associação só conta com frízeres comuns, que não são suficientes para armazenar toda a coleta.

“E agora com esse...assim, com a gente catadoras de mangaba, todo mundo tem, todo mundo tem seu sítio, todo mundo vende. Ali tem um rapaz ali, ali na, ali de junto do posto de gasolina. Lá tem uma entradinha que vai pra o Maçadiço. Lá tem um rapaz que ele tem uma câmara fria. Esse ano agora, em março parece, eu peguei com ele 4 mil quilos pra poder juntar com aqui, como o nosso, que não dava. Então ele vende direto. E aí quem não tem (referindo-se a câmara fria) vende para aquele que tem e aí já vai juntando para já botar pra fora. O sítio dele é pequeno. Mas ele tá crescendo, fazendo plantio e tudo mais.”²⁷

Nota-se que embora sob uma nova roupagem, o papel desempenhado pelos atravessadores continua o mesmo: barganhar parte considerável dos rendimentos da produção da mangaba. Já que, no cenário de grande disponibilidade de mangaba e consequentemente diante da impossibilidade de armazenamento das frutas, muitas extrativistas vendem sua produção a um preço bem mais baixo do que se pratica, e no cenário de queda na disponibilidade da fruta, nos meses de entressafra, compram a mesma mangaba, agora com um preço superior daquele que foi comercializado anteriormente. Desta forma, a falta de equipamentos capazes de armazenar as mangabas deixa as extrativistas duplamente vulneráveis ao assédio e exploração dos atravessadores.

²⁷ Interlocutora A. Entrevista concedida no dia 20/07/2021

“A dificuldade maior é para vender. Quando tá na época da mangaba, que tem muita, não tem preço. E aqui a gente não tem como estocar. Ai o restante a gente tem que vender. Aí assim o preço não é o justo. E depois quando a gente precisa para produzir e não tem mais por que a gente não teve com estocar o custo tá muito alto.”²⁸

Esta conjuntura evidencia a importância de uma política pública robusta que inclua crédito para a compra de equipamentos, subsídios e assistência técnica para que as extrativistas consigam fazer frente ao processo de subordinação da produção de mangaba à lógica predatória do mercado. O cenário que se desenha na comunidade de um lado aponta para a extinção das áreas de coleta que se materializa sobretudo pela expansão do setor imobiliário, mas também como verificado com base nos relatos das interlocutoras esse processo também vem sendo intensificado pelo parcelamento das propriedades familiares, que de certa maneira também são pressionadas pela valorização do solo e pelo assédio para a venda das terras.

Em outro polo, compreendo que existe um processo em andamento que se configura a partir da formação incipiente de um circuito comercial de produção e comercialização da mangaba. Ele envolve a atuação de atravessadores que passaram a investir em equipamentos capazes de armazenar uma grande quantidade de mangaba (câmaras frias). Mas também tem como característica o investimento na produção de mangaba em propriedades privadas através da domesticação e do cultivo em uma lógica puramente mercadológica. Esta realidade acaba por desconfigurar o cenário que cultural que historicamente marca o extrativismo da mangaba na comunidade. No sentido de que existia uma sobredeterminação cultural em relação ao extrativismo da manga entre a população local, mas que tem sido, mesmo que de forma ainda tímida, ameaçado pela criação de um circuito empresarial de comercialização da mangaba.

5.2 AS DIMENSÕES DO TRABALHO FEMININO NO EXTRATIVISMO DA MANGABA

Como já apontado, os registros da coleta de mangaba produzidos por diferentes pesquisadores e setores da sociedade costumam relacionar esta atividade

²⁸ Interlocutora C. Entrevista concedida no dia 09/08/2021.

predominantemente ao universo feminino, conforme destacam os trabalhos apresentados na introdução desta dissertação. Desta forma, compreendo que se construiu um imaginário de média ou longa duração que liga a coleta da mangaba ao exercício do trabalho feminino.

Portanto, interessa-me avançar na compreensão do porquê das mulheres se configurarem em maioria, quase que exclusiva, na catação da mangaba no Estado de Sergipe, e mais precisamente na comunidade da Ribuleirinha, buscando identificar os significados socioculturais que justificam a presença maciça de mulheres na atividade e refletindo sobre como o processo associativo repercutiu na reconfiguração dessa identidade.

Nesta perspectiva, é importante sublinhar que as mulheres extrativistas, assim como acontece em outros grupos culturais, têm organizado e estruturado a maneira com que desempenham suas atividades de forma a estabelecer temporalidades específicas. Entretanto, longe de indicar um aspecto singular que marca as experiências enraizadas na tradição extrativista da catação da mangaba, compreendo que no contexto das relações sociais, a organização deste tempo necessita ser analisada enquanto uma forma de mediação social.

Isso significa que embora sejam temporalidades preenchidas de subjetividade, que se relacionam com as práticas da vida cotidiana, são temporalidades organizadas, vivenciadas e representadas, conforme argumenta Duque-Arrazola (2010) de uma maneira diferente entre homens e mulheres, o que envolve uma relação dialética entre gênero, classe e raça. Para buscar compreender esse processo, inicialmente é importante destacar, que de maneira genérica, a organização dos trabalhos no espaço rural brasileiro, e por extensão no sergipano, estruturaram-se e foram convencionalmente definidos por uma visão dos papéis sociais que foram historicamente atribuídos para homens e mulheres.

Neste sentido, penso que a atribuição de determinadas atividades ao universo feminino é um processo regulado por um padrão estruturado pelas desigualdades socio-culturalmente construídas entre homens e mulheres, que constituem o que conhecemos como a hierarquia de gênero.

“Nesse contexto cultural, como em outras formas camponesas do Brasil, a categoria trabalho só se aplica ao homem, mais especificamente ao pai de família. No espaço da roça no sítio, a mulher, os velhos e os não-adultos em geral não “trabalham”; sua

atividade se define como ajuda" (WOORTMANN & WOORTMANN, p. 134).

Partindo deste ponto de vista, é possível identificar que entre os agroextrativistas convencionou-se atribuir a catação da mangaba às mulheres, enquanto a pesca e o cultivo da roça têm sido frequentemente atribuídos aos homens. É importante destacar que estas atribuições têm uma história longa e foram estabelecidas não somente entre os agroextrativistas. Mas acabaram se tornando reconhecidas também entre a sociedade em geral, de tal maneira que, no caso da catação de mangabas, ao se referir a sua coleta, em Sergipe, automaticamente se associa essa prática ao universo feminino.

Portanto, é importante problematizar a presença feminina na atividade da catação da mangaba com uma condição necessária para a compreensão do processo dinâmico de construção da identidade da mulher catadora de mangaba. Faço isso inicialmente chamando atenção para a colonialidade enquanto um sistema de poder que desempenhou um papel importante no processo de definição de papéis sociais regulados pelo gênero. Lugones (2008) defende que a colonialidade a partir do capitalismo eurocentrado e global, estruturou-se de uma maneira que mulheres colonizadas e não-brancas fossem subordinadas e desprovidas de poder.

Desta forma, ela reforça a compreensão de que o sistema capitalista não é meramente econômico, ou seja, ele é um todo estruturado que engloba outras dimensões da vida humana. O que permitiu que dentro das suas estratégias de subalternização e de exploração, com vistas ao acúmulo de capital, além das dimensões de classe, as desigualdades de gênero construídas também permitiram que ele se ampliasse em escala global.

Associando-me a compreensão da autora, compreendo que sistema de gênero imposto, que se constituiu por meio da colonização, introduziu diferenças de gênero, onde anteriormente não existia - não como imposto pelos colonizadores – já que tal sistema tinha como finalidade transformar e controlar as formas de organização e reprodução, de forma a permitir a exploração ampliada dos corpos das mulheres, como também, como aconteceu com os corpos não-brancos com a construção da ideia sociológica de raça.

Portanto, para compreender as dimensões que envolvem o trabalho extrativista da mangaba desempenhado pelas mulheres, que em sua esmagadora maioria se identificam enquanto mulheres negras, é necessário levar em consideração que o

sistema de gênero opressor forjado pela colonialidade, atravessa mulheres brancas e não-brancas de maneiras distintas. O próprio trabalho assalariado durante muitos séculos foi reservado aos corpos brancos europeus, e, na contemporaneidade, mulheres e negros ainda ocupam postos de trabalho mais precarizados e que oferecem menos rendimentos²⁹.

Neste sentido, as contribuições de Davis (2016) são de fundamental importância, já que em sua teoria, a intelectual procurou historicizar o processo ascendente de culto ao que era considerado “feminino”, e, por consequência, à maternidade, como um subproduto do capitalismo na sua fase industrial. Este processo levou ao que autora define como uma “clivagem” entre o que se convencionou chamar de economia doméstica e economia pública.

Desta forma, ao passo que para as mulheres negras, no período pós-abolição, foram destinados os trabalhos na agricultura e no serviço doméstico, atividades que estavam vinculadas a mecanismos extremos de exploração da força de trabalho e do uso das mais variadas formas de violência (o que incluía inclusive violência sexual), para as mulheres pobres não-negras, foi destinado o trabalho exaustivo nas indústrias. Por outro lado, para as mulheres brancas burguesas, foi destinado, processo ancorado na ideologia da maternidade, o papel de mãe e de dona de casa.

Portanto, ao enfatizar ideologicamente o papel do cuidado, da proteção e da maternidade às mulheres, papéis que se encontravam circunscritos ao espaço doméstico, e por consequência, que passaram a ser considerado não produtivos, revela-se o viés classista e racista do capitalismo, já que a construção do imaginário de mulher vinculado ao que a autora considera como o “mito da feminilidade”, não incluía as mulheres negras e nem as mulheres pobres brancas exploradas nas fábricas.

Desse modo, é importante destacar, que o reconhecimento de que as atividades desempenhadas pelas mulheres no espaço rural ao longo da história não são reconhecidas como trabalho, no caso das mulheres negras, é um processo que apresenta camadas ainda muito mais profundas e complexas que envolvem a subalternização dos seus corpos e nos ajuda a compreender o porquê de as mulheres catadoras de mangaba, em sua quase totalidade compostas por negras,

²⁹ Conforme os trabalhos de Guimarães (2002) e Silva (1980) já apresentados no início deste capítulo.

historicamente desempenharem esta atividade que durante um longo período foi tão marginalizada.

Nesta perspectiva, ao se analisar a catação da mangaba verifica-se que ela consiste em uma prática continuamente transmitida de uma geração a outra, ou seja, como evidenciado na seção anterior as mulheres catadoras de mangaba tendem a socializar seus filhos no ambiente extrativista. Ao analisar a literatura produzida sobre a catação de mangaba em Sergipe, evidenciou-se que é comum ouvir dizer em algumas comunidades que “o homem não consegue fazer o movimento de agachar para coletar a mangaba”. Desse modo, compreendo que o trabalho da coleta da mangaba parece está diretamente relacionado a um imaginário sobre o exercício do corpo feminino.

Portanto, na mesma linha de interpretação ficaria evidenciado que o corpo feminino estaria biologicamente adaptado para o trabalho da coleta da mangaba. Desta forma, me associo a Duque-Arrazola (2010, p. 2), no sentido de compreender que “o tempo do corpo é representado e “naturalizado” como um tempo do cotidiano feminino”. Nesta perspectiva, vê-se que o “tempo da mangaba” consistiria em um “tempo da mulher”. Portanto, do ponto de vista sociocultural é possível afirmar que se construiu uma expectativa em relação ao tempo e ao corpo feminino que são atravessadas pelas dimensões de classe, raça e gênero.

Neste sentido, chamo atenção ao que demonstra Thompson (2001) ao analisar o mundo dos costumes na Inglaterra do século XVIII e início do século XIX, como um suporte teórico que auxilia na interpretação deste processo entre as mulheres inseridas na tradição da catação de mangabas. O autor coloca em discussão o fato de que, o que convencionalmente passou-se a chamar de costumes, ou, mais recentemente, cultura, neste caso, cultura popular, consiste em uma linguagem discursiva, que por um lado confere legitimidade e por outro cria determinadas expectativas.

Desta forma, são expectativas que construíram espaços e atividades que as mulheres poderiam ou não ocupar e desempenhar. Este processo, não linear e cheio de contradições, constituiu-se em espaços ao mesmo tempo tradicionais, conservadores, transformadores ou rebeldes. Neste seguimento, é preciso reconhecer que os costumes e a cultura possuem uma função racional, como, por exemplo, organizar e fixar as rotinas de trabalho de um determinado grupo social.

Logo, distante de demonstrar uma determinada permanência sugerida pela palavra tradição, costume e cultura configuram-se em campos privilegiados para que possamos observar mudanças e disputas. Estas mudanças ocorrem em cenários, que na maioria dos casos, os interesses opostos apresentam reivindicações conflitantes. Estas disputas envolvem as mais variadas dimensões, sejam elas de gênero, de classe ou de raça. Desta forma, “homem que não consegue fazer o movimento de agachar” pode ser interpretado como um gracejo do universo da cultura extrativista, que demarca certos lugares ao feminino e ao masculino, universo este, também, profundamente desigual e hierarquizado.

Quando perguntadas sobre o porquê de as mulheres estarem a frente da catação da mangaba, e, da reduzida, ou praticamente ausência de homens na atividade, as respostas das interlocutoras concentraram-se em duas linhas de argumentação ou padrão. A primeira delas apresentava como explicação fundamental o papel da socialização das meninas na atividade a partir da atuação das mulheres mais velhas da família: mães, avós, tias e irmãs.

Segundo interlocutora B³⁰, “Desde pequena, que a gente cata mangaba com a mãe, com avó. Sempre no quintal da minha casa tinha pé de mangaba. E a gente já tinha como obrigação acordar e pegar mangaba.” Por outro lado, segundo as entrevistadas, os meninos ainda nos primeiros anos da infância também acompanham/desenvolvem esta atividade, o que mudaria com o avanço da idade, quando os mesmos, passariam a acompanhar os pais nas atividades ligadas à pesca e a roça.

Partindo dessas afirmações, analiso esse processo levando em conta dois campos de interpretação. O primeiro deles, encontra-se relacionado ao fato de que os meninos somente deixarem a atividade após os 12 anos coincide com a circunstância de que, a partir desse momento, o cuidado materno já não é algo tão imperativo. Portanto, compreendo que o papel do cuidado atribuído às mulheres é um fator que apresenta um peso considerável na explicação da presença dos meninos na atividade até aquele momento, se considerarmos que muitas delas precisam levar os filhos durante a coleta por não terem com quem deixar as crianças.

Ainda segundo a interlocutora B, “Geralmente quando os filhos são pequenos, os homens são pequenos, crianças, a mãe escolhe essa atividade porque ela tem que

³⁰ Interlocutora B. Entrevista concedida no dia 05 de agosto de 2021.

ir. Mas depois, assim... eles seguem os pais. Eles vão para a pesca, muitos vão embora procurar outras coisas.” Portanto, entendo que é um processo diferente do que ocorre com as meninas, quando a permanência na atividade está relacionada a um certo padrão de sociabilidade feminina presente na comunidade.

Este processo encontra-se articulado as estruturas construídas pelas diferentes hierarquias sociais, que são atravessadas pelas dimensões de gênero, classe e raça, que ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista, conforme já argumentado, foram convertidas em marcadores sociais que permitiram que mulheres, pobres e negras fossem super exploradas ou desempenhassem atividades mal remuneradas e com pouco reconhecimento social.

Portanto, este processo, na contemporaneidade, está inserido no que Hirata (2014) compreende como a desvalorização do trabalho de *care*. Ela demonstra em sua pesquisa, que através de dados empíricos sobre a divisão social, sexual e racial no trabalho de cuidado, traz à tona o fato de que a exploração do trabalho feminino é um processo que está relacionado com a continuidade da desvalorização do trabalho doméstico e de cuidado no âmbito da família. Atividade que frequentemente é executada de forma gratuita pelas mulheres.

Neste sentido, entendo que historicamente na tradição da catação da mangaba permanecer na coleta do fruto está localizado dentro do campo das possibilidades que se constituiu com base na construção de determinadas expectativas para as mulheres, enquanto para os homens, parece estar circunscrito a uma determinada fase da vida. É importante destacar que estas expectativas, conforme procurei argumentar, são construídas e mediadas pela cultura, de forma que não é possível pensá-la, sem considerar sua função racional e sem levar em consideração as dimensões de classe, raça e gênero que a constituem.

O segundo campo de interpretação, encontra-se articulado ao fato de a atividade de catação de mangaba historicamente está inserida entre aquelas que ofereciam, e, de certa maneira, ainda oferecem baixos rendimentos. Quando levadas a refletir sobre o porquê de os meninos após os 11/12 anos deixarem a atividade, o critério do baixo rendimento que a coleta oferece aparece como um fator decisivo para que eles procurem se inserir em outras atividades. Essas informações reforçam a tese de que dentro da estrutura produtiva é reservado às mulheres as atividades menos rentáveis, precarizadas e que em sua maioria nem são consideradas trabalho.

Portanto, uma conclusão que deriva desta análise, é a de que é necessário muito cuidado ao se analisar o extrativismo da mangaba para que a presença quase que exclusiva de mulheres na catação do fruto não seja essencializada/romantizada. Mas que ela seja interpretada levando-se em consideração a complexidade dos fatores estruturais que envolvem classe, raça e gênero que configuraram este cenário cultural.

Entretanto, compreendo que no processo de reafirmação de suas identidades as mulheres catadoras de mangaba têm redefinido a sua presença na atividade buscando construir uma narrativa que coloca em evidência sua agência de forma a reposicioná-las socialmente e culturalmente. Processo que se construiu com o resgate das memórias de exclusão, conforme o filme *Mulheres Mangabeiras*, com o reconhecimento da sua condição de mulheres catadoras de mangaba, através do contato com outras mulheres extrativistas, e por conseguinte, com o fortalecimento das redes de apoio e solidariedade, que permitiram a profissionalização e conferiram uma projeção social e econômica.

Neste sentido, o próprio termo “catadoras de mangaba” carrega todo um peso simbólico conforme as palavras de Tainara:

“A gente veio se identificar como catadora de mangaba quando a gente teve contato com o movimento, que é o movimento das catadoras de mangaba em Sergipe. A gente veio começar a entender, a ter essa identidade. Porque até então a gente não tinha. A gente era uma apanhadora de mangaba, não tinha esse nome de forma nenhuma. E durante algumas pesquisas que eu fiz aqui. Que eu gosto de conversar muito com as senhoras da comunidade mais velhas. E assim, eu já perguntei para elas: Antigamente quando a senhora pegava mangaba como é que a senhora era chamada? Aí elas respondem: Ah minha filha! Naquela época não tinha não. Hoje é que existe as catadoras de mangaba por causa de vocês.”

Por isso, a análise que faço, é a de que o associativismo, e por extensão, a profissionalização, de certa maneira, tem levado a um afastamento da experiência das extrativistas de um dos aspectos contidos no conceito do maternalismo. Aquele aspecto que levaria a compreensão da catação da mangaba enquanto uma atividade meramente extensiva às atividades domésticas. Esta afirmação parte da análise das respostas recorrentes entre as interlocutoras. Durante a conversa era preponderante a afirmação e a defesa de que consideram e reconhecem as atividades que desempenham enquanto uma atividade profissional.

Segundo Josefa, ao ser questionada em situações ordinárias, seja em lojas, ou quando do preenchimento de algum questionário em instituições sobre a sua profissão, ela ainda relata perceber um certo estranhamento: “Às vezes uns me olham assim, sabe? Param. Mas a minha profissão é essa. Pode colocar aí. Minha profissão é essa. Sou catadora de mangaba”.

Por outro lado, o aspecto do maternalismo, aquele que liga as atividades de cuidado ao universo feminino, ainda são bastante evidentes entre as mulheres associadas. Ainda que este processo atualmente se materialize de uma nova forma. Já que com a profissionalização e o trabalho na associação, elas passaram a assumir uma dupla jornada de trabalho, pois os cuidados com a casa e com os filhos ainda são responsabilidades quase que exclusivas delas.

De acordo com Tainara:

“Tipo assim. Geralmente a cata da mangaba a gente faz dois ou três dias na semana. E aqui na associação a produção a gente faz uma vez uma semana. Então dá para conciliar. As vezes faz na pressa. Faz de noite. Mas faz. Tem que conciliar para poder dar conta de tudo. E quem tem filho, as mulheres que têm mais filhos, se torna mais complicado ainda. O meu companheiro mesmo não ajuda em nada. Assim, se eu estiver trabalhando, hoje eu tô aqui o dia todo trabalhando até tarde. Mas eu já tive que fazer o almoço, já acordei cedo pra deixar tudo pronto pra ele almoçar. E quando eu chego ainda deixa o prato em cima da pia da cozinha para lavar. Não ajuda em nada. Não é a realidade de outras mulheres. Mas no meu caso, não tenho ajuda de nada. Eu tenho que fazer o trabalho aqui, chegar em casa, que eu chego em casa 17h, as vezes já vou fazer faxina a noite.”

Em algumas situações são as próprias redes de apoio femininas que dão o suporte na divisão das tarefas domésticas. Muitas vezes as mães ou as filhas mais velhas desempenham este papel.

“Então assim, como tenho Sara (fazendo referência a filha mais velha que foi minha aluna), ela que é o meu braço direito. Ela me ajuda bastante porque ela quem fica com os menores. E eu venho trabalhar. Hoje ela também vem e ajuda. Ela não é associada. Mas aí eu já trago ela.”³¹

Portanto, embora o associativismo tenha alterado a forma com estas mulheres projetam suas existências no espaço público, no sentido do protagonismo na condução das atividades relacionadas ao extrativismo da mangaba em uma perspectiva profissional, no fortalecimento da autonomia financeira em relação aos

³¹ Interlocutora C. Entrevista concedida no dia 09/08/2021.

seus companheiros, no estreitamento das suas relações com os movimentos sociais, sobretudo com o movimento das catadoras de mangaba de Sergipe, no espaço privado, as relações reproduzem o sistema de gênero que regula as relações homens/mulheres em diferentes segmentos sociais, seja entre extrativistas, no campo ou na cidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reforço o entendimento de que o processo de construção e (re)definição das identidades é dinâmico e permanente. No caso das catadoras de mangabas do povoado Ribuleirinha o associativismo emerge como um fator importante no sentido da repercussão deste processo entre as mulheres extrativistas.

Nesta perspectiva, com o trabalho de pesquisa foi possível verificar que o processo associativo na comunidade se constituiu em um contexto de fortalecimento das políticas públicas para as comunidades tradicionais em nível nacional - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais e a Convenção Nº 169 da Organização do Trabalho promulgada pelo então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva através do decreto nº 5.051/2004 - mas que também encontrou respaldo na criação da lei estadual que reconheceu as catadoras de mangaba como comunidade tradicional investida de direitos que devem lhes ser garantidos (lei nº 7.082), como também ficou evidenciado a atuação do ministério público estadual no acompanhamento e fiscalização da efetivação dos direitos garantidos para estas comunidades. Este contexto também foi marcado pela atuação de pesquisadores ligados à EMBRAPA e a UFS, que subsidiaram a criação do Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe.

Desta forma, compreendo que o associativismo marca uma reconfiguração importante na atividade extrativista de mangaba, e, que, portanto, representa uma transformação na tradição extrativista na comunidade. Ao passo que o beneficiamento surge como uma das principais mudanças no trabalho desempenhado pelas mulheres, o neoextrativismo se apresenta como uma possibilidade de compatibilizar os usos imediatos (coleta dos frutos) e mediatos (beneficiamento e domesticação) dos recursos. Desta maneira, considero que a tradição de coleta de mangabas na comunidade passa por um processo de transformação, o que, portanto, reforça o meu entendimento do caráter dinâmico das tradições e da sua relação com as transformações impostas na contemporaneidade pelo avanço dos processos globalizadores.

Este processo também chama a atenção para a importância de conceber as Culturas Populares estabelecendo relações entre as dimensões de classe, gênero e

raça, que a coloca em um campo de disputas constante com os setores dominantes da sociedade. Desta forma, o popular desse termo tem relação direta com a cultura do povo, dos excluídos, dos subalternizados, dos que precisam reafirmar seus saberes e lutar pela sua existência. O que dá relevo ao caráter contra hegemônico das culturas populares na contemporaneidade. Portanto, reafirmo a minha compreensão de que classe é uma formação tão econômica quanto cultural, conforme defende Thompson (2001).

Por outro lado, o associativismo e a profissionalização, que se configuram como resultados do processo de reconhecimento da condição de mulher catadora de mangaba, que se deu, sobretudo, após o primeiro encontro das catadoras de mangaba do Estado de Sergipe, e, logo em seguida, com a criação do movimento próprio, repercutiu na reconfiguração da identidade das mulheres na comunidade. Esta repercussão atuou no sentido de promover uma reafirmação na direção do orgulho e da positivação do termo catadoras de mangabas, termo que até então era carregado de estigmas, marcado pela exclusão e pauperização, condição que produzia um sentimento de vergonha e constrangimento entre as mulheres catadoras na comunidade.

Portanto, inicialmente, ao me debruçar sob as estratégias de resistência implementadas pelas mulheres da Ribuleirinha, compreendo que o mecanismo de reafirmação da identidade “Catadora de Mangaba” está inserido no processo de constituição das identidades proposto por Castells (1999) enquanto uma identidade que se constitui no campo da resistência, conforme argumentado no capítulo 2. Neste cenário aparece como um elemento desencadeador central a espoliação dos territórios de coleta, resultado do reordenamento territorial provocado pela especulação imobiliária, sobretudo, com a materialização das políticas públicas para o desenvolvimento do turismo na região, o PRODETUR. A valorização do solo tem levado ao cercamento e proibição de acesso, mas também tem exercido uma pressão para a venda das propriedades familiares, principalmente, quando os proprietários mais velhos morrem e ocorre o parcelamento das terras entre os seus herdeiros.

A constituição de uma identidade de resistência esteve/está ligada a formação de redes de solidariedade entre as extrativistas da mangaba, dentro e fora do seu território. Quando analisada internamente a constituição destas redes tem no associativismo seu principal aspecto, o que permitiu a seleção de sujeitos sociais, a constituição de uma liderança e a formação de uma organização, no caso, a criação

da ASCAMARE. Este evento levou a profissionalização das atividades, a partir do beneficiamento da fruta, o que permitiu melhoria na condição de renda e conferiu uma projeção social das suas atividades na comunidade e na sociedade de forma geral.

No processo de constituição das redes fora do seu território, a inteligibilidade da condição de mulher extrativista se deu com o reconhecimento a partir do encontro entre “iguais”, no qual o papel de resgate das memórias de exclusão desempenhou um papel importante no processo de identificação das mulheres extrativistas da mangaba, processo que ficou bastante evidenciado no filme *Mulheres Mangabeiras*. Neste contexto de fortalecimento das redes, insere-se os encontros e as trocas de experiência entre as catadoras de mangaba do Estado de Sergipe com a consolidação do movimento a nível estadual e com a criação de associação em diferentes municípios. Estas entidades mantem uma conexão que se estrutura em formato de rede, conforme evidencia a própria comercialização dos produtos com a criação do e-commerce, mas também na própria organização da luta política pelo acesso às áreas de coleta de mangaba e a nível estadual na luta pela criação de reservas extrativistas.

Ao analisar de que maneira o associativismo repercutiu na dinâmica que envolve as relações de gênero das mulheres catadoras de mangaba, levando-se em consideração os aspectos contidos no conceito de maternalismo, compreendo que se projeta uma nova postura entre elas, no sentido de estabelecer uma separação entre as atividades enquadradas enquanto economia doméstica e aquelas praticadas em torno da coleta e do beneficiamento da mangaba, e que portanto, têm sido expressadas pelas extrativistas enquanto uma atividade que se relaciona ou que se encontram imbricadas ao que compreendemos como economia pública. Portanto, compreendo que existe uma separação clara entre o que seria domínio das atividades do espaço doméstico, daquelas que estão atreladas domínio do espaço público.

Desta forma, assim como ocorre com a grande parte das mulheres no mundo ocidental capitalista, mesmo diante da separação que se estabelece entre as atividades desenvolvidas no espaço público, e que, portanto, estão atreladas ao exercício de uma atividade profissional, as mulheres ainda são responsáveis exclusivas pelas atividades que são desenvolvidas no espaço doméstico. Desta forma, entre as extrativistas verifica-se o exercício de uma dupla jornada de trabalho, já que não se verifica uma divisão ou coparticipação no desenvolvimento das atividades domésticas com os seus companheiros.

Nesta perspectiva, também se verifica que o papel do cuidado com os filhos ainda é uma atribuição feminina, que só encontra algum nível de compartilhamento ou coparticipação, entre as próprias mulheres, geralmente do próprio núcleo familiar. Desta forma são atribuições que são compartilhadas com a estruturação de redes de apoio, tanto para o desenvolvimento das atividades domésticas, quanto para o trabalho de cuidado com os filhos entre as próprias mulheres.

Desta forma, compreendo que o aspecto contido no conceito do maternalismo que liga a atividade de coleta da mangaba a uma extensão do trabalho doméstico é uma questão superada entre as associadas. Processo que se materializou com profissionalização das suas atividades e que tem permitido a projeção delas nos espaços públicos e de participação coletiva.

Penso que com este trabalho de pesquisa preenchemos parte de uma lacuna existente na produção acadêmica sobre o processo de reafirmação identitária entre as extrativistas da mangaba no Estado de Sergipe, além de ter permitido a sistematização de um conjunto de informações e análises que poderão subsidiar a ação das interessadas. Espero que novas pesquisas sobre a temática, com base em outros métodos e em outras abordagens também sejam produzidos no desafio de acompanhar o dinamismo do processo de constituição das identidades na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Editora FGV, v. 3, 2005.
- ALLEGRETTI, Mary Helena. Usar para valorizar. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 44, 2009.
- BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Mulheres do Babaçu: Gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão**. Niterói, 2013. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.
- BECKER, Howard S. **Observação Social e Estudo de Casos Sociais. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: ROSENDAHL, Zeny (Org.); CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.
- BUCHMANN, Eriberto. **A redefinição e o futuro da unidade familiar de produção frente à expansão do capitalismo no campo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1992.
- CANCLINI, Nestor. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CANCLINI, Nestor. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 1989.
- CASTELLS, Manuel. **Globalización, sociedad y política en la era de la Información**. BITACORA, 2000. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4008342.pdf> . Acesso em: 20 fev. 2021.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CAZELLA, Ademir. As bases sociopolíticas do desenvolvimento territorial. **Revista Redes**, v. 13, 2008. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/633>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- COHEN, Jean L. **Sociedade civil e globalização: repensando categorias**. Dados: Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, p. 419-459, 2003.
- CORRÊA, Aureanice de Melo. Espacialidades do sagrado: A disputa pelo sentido do ato de festejar da Boa Morte e a semiografia do território encarnador da prática cultural afro-brasileira. In: SERPA, Ângelo (Org.). **Espaços Culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: SciELO - EDUFBA, v. 2, 2008.
- COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 1999.

DANTAS, Vanda Maria Campos Salmeron. **Nas marés da vida: histórias e saberes das mulheres marisqueiras**. 2010. p. 1-10. Disponível em: www.fazendogenero.ufsc.br/.../1277473147_ARQUIVO. Acesso em 20 de setembro de 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, v. 3, 2016.

DAVIS, N. Z. **Culturas do povo: Sociedade e cultura no início da França Moderna**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DIEGUES, Antônio C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2008. (NUPAU/USP).

DOS SANTOS, Theotonio. Socialismo o fascismo. **El nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano**. Buenos Aires, Ediciones Periferia, 1973.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura. **O Estado e os tempos sociais femininos: uma mediação da opressão de gênero das mulheres**. Trabalho apresentado no Fazendo Gênero 9: Diásporas, diversidades e deslocamentos. Florianópolis, agosto de 2010.

EMPERAIRE, Laure; LESCURE, Jean-Paul; EMPERAIRE, Laure (Org.). **A floresta em jogo. O extrativismo na Amazônia central**. São Paulo: UNESP, 2000.

FEDERICI, Silvia. **Revolución en punto cero. Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2013.

FRANÇA, Sarah Lúcia Alves. **Condomínios horizontais na zona urbana de Aracaju: uma nova modalidade de segregação**. In: FALCÓN, M. L. de O.; FRANÇA, V. L. A. Aracaju: 150 anos de vida urbana. Aracaju: PMA/SEPLAN, 2005.

FREIRE, Maria M. M. L. **Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920)**. Rio de Janeiro, f. 366, 2006. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz.

GARRIDO, J. A. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 33-54, 1992. Disponível em: https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=51919. Acesso em: 13 out. 2019.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, online, 30 04 2019. Disponível em: journals.openedition.org/rccs/697. Acesso em: 10 mai. 2020.

GUANZIROLLI, Carlos Enrique. **Experiências de desenvolvimento territorial rural no Brasil**. In: SEMINÁRIO FAO/MDA EM PREPARAÇÃO DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL. 2005, Foz do Iguaçu, 2005. 1-49 p. Disponível em: <https://silo.tips/download/textos-para-discussao-uff-economia-28> Acesso em: 4 abr. 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A, v. 1, 1992.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Humanitas, 2013.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 26, junho 2014.

HOBBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.

HOBBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence. **A Invenção das tradições**. Paz e Terra, 2012.

HOMMA, Alfredo K. O. **Extrativismo Vegetal na Amazônia - Limites e Oportunidades**. Brasília: Embrapa-SPI, 1993. Disponível em: <https://livimagens.sct.embrapa.br/amostras/00050240.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2021.

INOJOSA, Rose Marie. **Redes de Compromisso Social**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 5, n. 33, p. 115-141, 1999. Disponível em: Acesso em: 05 jun. 2020.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. **Revista Tabula Rasa**, Bogotá, v. 9, p. 70-101, 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.

MACHADO, Denise. **Catadoras de caranguejo e saberes tradicionais na conservação de manguezais da Amazônia brasileira**. Revista Estudos Feministas. [online]. 2007, vol.15, n.2, pp. 485-490. ISSN 0104-026X. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n2/a16v15n2.pdf>. Acesso em: 21 setembro 2021.

MATTOS, Hebe. Racialização e Cidadania no Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia M. B. Pereira das. **Repensando o Brasil dos Oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MEJIA, Margarida R. O “território” na análise da ruralidade: reflexões elaboradas a partir da situação de um assentamento do Incra. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do conhecimento: metodologia de pesquisa social (qualitativa) em saúde**. São Paulo: Hucitec/ABRASCO, 1992.

MOTA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco da; SCHMITZ, Heribert. Introdução. In: MOTA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco da; SCHMITZ, Heribert; RODRIGUES, Raquel Fernandes de Araújo (editores técnicos). **A mangabeira as catadoras o extrativismo**. Embrapa Amazônia Oriental- Belém, Pará; Embrapa Tabuleiros Costeiros, Aracaju, Sergipe. 2011. p. 29-42

MOTA, Dalva M et al. **A mangabeira, as catadoras, o extrativismo**. Belém/Aracaju: Embrapa Amazônia Oriental/Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011. Disponível em: <http://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=ad&id=918444&biblioteca=CPAC&busca=autoria:%22SILVA%20JUNIOR,%20J.%20F.%20da%22&qFacets=autoria:%22SILVA%20JUNIOR,%20J.%20F.%20da%22&sort=&paginacao=t&paginaAtual=1>. Acesso em: 3 set. 2019.

MOTA, Dalva M et al. As catadoras de mangaba no programa de aquisição de alimentos. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, julho/Set 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000300003. Acesso em: 12 dez. 2020.

MOTA, Dalva M et al. Capacitação solidária das catadoras de mangaba. **Documentos 133**, Aracaju, 2008. Embrapa Tabuleiros Costeiros. Disponível em:

<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/372542>. Acesso em: 20 set. 2019.

MOTA, Dalva M. et al. **O extrativismo de mangaba é “trabalho de mulher”? Duas situações empíricas no Nordeste e Norte do Brasil**. Novos Cadernos NAEA, v. 11, n. 2, p. 155-168, dezembro 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/3261>. Acesso em: 5 set. 2019.

NETO, J. S. **Reconceituação do extrativismo na Amazônia: práticas de uso comum dos recursos naturais e normas de direito construídas pelas quebradeiras de coco**. Belém, 1997. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará.

OSTROM, Elinor. **El Gobierno de Los Bienes Comunes: La Evolución de Las Instituciones de Acción Colectiva**. México: UNAM-CRIM-FCE, 2000.

PENNA, Maura. **O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o "escândalo" Erundina**. Cortez Editora, 1992.

PÉREZ, Manuel Ruiz; SAUER, Jeffrey; JEHORAM, Susanna Cohen. **El extractivismo en América Latina: conclusiones y recomendaciones del taller UICN-CCE**. Amacayacu, Colômbia, 1992. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/FR-011.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

PORTELLI, Alessandro. **A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significados nas memórias e nas fontes orais**. Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819739/mod_resource/content/1/PORTELLI%20Alessandro%20%E2%80%93%20A%20Filosofia%20e%20os%20fatos.pdf. Acesso em: 9 set. 2019.

RAMOS, Joseph. Un balance de las reformas estructurales neoliberales. **Revista de la CEPAL**, 1997.

RÊGO, J.F. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. **Ciência Hoje**, v. 147, p. 62-65, 1999.

SACK, Robert David. **Human Territoriality: Its Theory and History**. CUP Archive, v. 1, 1986.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, v. 1, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Modernidade, identidade e cultura de fronteira. **Tempo Social**, São Paulo, 1993. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Modernidade%20Identidade%20Fronteira_TempoSocial1994.pdf. Acesso em: 1 set. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Editora Record, 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, p. 109-130, abr. 2006. Disponível em: Acesso em: 06 jun. 2020.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1995.

TARTARUGA, Iván G. Peyré. **O conceito de território para a análise do desenvolvimento rural**. Paper apresentado a SOBER de Ribeirão Preto, p. 17-31, 2005.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Tradução Antônio Luigi Nero e Sergio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WOORTMANN, Ellen F; WOORTMANN, Klaas. **Monoparentalidade e chefia feminina: conceitos, contextos e circunstâncias**. 2004, 99p. Disponível em: [www.abep.nepo.unicamp.br /XIII encontro/woortmann.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/XIII Encontro/woortmann.pdf). Acesso em 29/11/2021.

WOORTMANN, Ellen F; Woortmann, Klaas. **O Trabalho da Terra: A lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

ANEXO A – Roteiro de Entrevistas

ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO DE ENTREVISTA

Data _____

Entrevistada _____ Apellido _____

A-DADOS GERAIS DA ENTREVISTADA:

- Idade: _____
- Naturalidade: _____
- Situação conjugal: () casada civilmente; () casada igreja () solteira; () viúva; () separada; () Outro
- Chefe de família: () Sim () Não
- Cor e raça: () Branca () Preta () Parda () Indígena () Amarela
- Número de filhos: () Nenhum; () 1 a 2; () 2 a 4; () 4 a 6; () Mais de 6
- Escolaridade: () Analfabeto; () Assina o nome; () Ensino fundamental(1ª fase); () Ensino fundamental(2ª fase); () Ensino médio; () Curso Superior; () Outro.
- Que atividades desenvolvem além da catação de mangabas? Essa renda é a principal?
- Recebe renda familiar através de políticas e programas sociais?
- () Aposentadoria
- () Defeso (pescadores)
- () Bolsa família
- () Outras

B- HISTÓRICO DO EXTRATIVISMO E USO DAS MANGABEIRAS:

- Quando começou na atividade da catação de mangaba?
- Como se catava a mangaba antigamente?
- Como era o acesso às plantas antigamente?

C- DISPONIBILIDADE, ACESSO, CONSERVAÇÃO E USO DOS RECURSOS HOJE:

- Através de que relações as catadoras têm acesso aos remanescentes? O acesso é livre ou precisa pedir autorização?
- Como acontece a catação da mangaba atualmente?

- Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelas catadoras? (proibição de acesso, desmatamento, conflitos...)

D- FORMAS DE SOCIALIZAÇÃO:

- Como é conciliar o trabalho de catação de mangaba com as atividades domésticas? As atividades são compartilhadas? Quem é responsável pelo quê?
- Já sofreu algum tipo de preconceito por ser uma catadora de mangabas? (racial, de classe ou de gênero)
- Como ocorre a divisão do trabalho entre as mulheres que fazem parte da associação?
- Qual foi a principal mudança que a profissionalização trouxe?
- O contato com mulheres catadoras de manga de outros municípios trouxe algum aprendizado? Como ele acontece?

OBS: As perguntas são só pontos de partida mais ou menos estruturados. Pois dependendo das respostas podem ser redefinidas para uma melhor fluidez da conversação e melhor aproveitamento dos relatos que concorram para que os objetivos da pesquisa sejam atingidos.

ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Dados de Identificação

Título do Projeto: Catadoras de Mangaba e (re)criação de Identidades: permanências e rupturas na tradição no Povoado Ribuleirinha – Estância/Se.

Pesquisador Responsável: Ricardo Santana Santos - Universidade Federal de Sergipe - PPGCULT

Telefones / E-mails para contato: (79)98806-6713 – ricardo.santana.aju@gmail.com

A Sr.^a está sendo convidada a participar do projeto de pesquisa que tem como tema/título Catadoras de Mangaba e (re)criação de Identidades: permanências e rupturas na tradição no Povoado Ribuleirinha – Estância/Se, de responsabilidade do pesquisador Ricardo Santana Santos. Este estudo tem por objetivo refletir sobre as relações entre a profissionalização do trabalho das mulheres catadoras de mangaba e seus processos de agenciamento e (re)configuração de identidades. Esperamos, com esta pesquisa evidenciar ainda mais o protagonismo das mulheres catadoras de mangaba, contribuir com os estudos culturais a partir dessa temática e destacar a importância do trabalho das catadoras na preservação das áreas remanescentes de mangabeiras.

Sua participação consistirá em conceder uma entrevista respondendo a perguntas sobre a sua relação com a Associação de Catadoras de Mangaba do Povoado Ribuleirinha.

Garantimos o sigilo e a confidencialidade das informações que você fornecer e a privacidade do participante da pesquisa. A qualquer momento, você pode se recusar a participar e se retirar da pesquisa, sem constrangimentos, penalidades de qualquer natureza. As informações e materiais obtidos nesta pesquisa não poderão ser utilizados para outras finalidades que não sejam a desta pesquisa científica.

Sempre que desejar, você poderá entrar em contato para obter informações sobre este projeto de pesquisa, sobre sua participação ou outros assuntos relacionados à pesquisa, com o pesquisador responsável a pelo telefone (79) 988066713 ou pelo e-mail ricardo.santana.aju@gmail.com Você também pode entrar em contato com o Programa de Mestrado Interdisciplinar em Culturas Populares - PPGCULT da Universidade Federal de Sergipe (UFS), corresponsável por garantir e zelar pelos direitos do participante da pesquisa, na rua Av. Marechal Rondon, S/N- Jardim Rosa Elze, São Cristóvão, Sergipe, CEP: 49000-100 ou ainda pelo E-mail: ppgcult@academico.ufs.br

Durante sua participação, o pesquisador irá gravar as conversas em áudio ou vídeo, sendo que você pode não autorizar este registro e pode, a qualquer momento, retirar a autorização dada. O uso destas imagens/vídeos/áudios em nenhum momento permitirá a sua identificação.

Eu, _____, fui informada e concordo em participar, voluntariamente, do projeto de pesquisa acima descrito.

Estância/SE, ____ de _____ de _____

Participante

Pesquisador

ANEXO C – Termo de Anuência

TERMO DE ANUÊNCIA E EXISTÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

Eu, _____,
presidente da Associação das Catadoras de Mangaba do Povoado Ribuleirinha - ASCAMARE, autorizo a realização da pesquisa intitulada “Catadoras de Mangaba e (re)criação de Identidades: permanências e rupturas na tradição no Povoado Ribuleirinha – Estância/Se” pelo pesquisador Ricardo Santana Santos, que envolverá a realização de entrevistas com as catadoras associadas e observações diretas das atividades desenvolvidas pela associação que será realizado junto ao programa de mestrado interdisciplinar em culturas populares – PPGCULT da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Estamos cientes de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa, dispondo de infraestrutura necessária para desenvolvê-la em conformidade às diretrizes e normas éticas. Ademais, ratifico que não haverá quaisquer implicações negativas às mulheres associadas que não desejarem ou desistirem de participar do projeto.

Declaro, outrossim, na condição de representante desta Instituição, conhecer e cumprir as orientações e determinações fixadas nas Resoluções nºs 466, de 12 de dezembro de 2012, e 510, de 07 de abril de 2016, e Norma Operacional nº 001/2013, pelo CNS.

Estância-SE, ____ de _____ de 2021.

Assinatura do responsável pela instituição/organização

